

GESTÃO

Sendo a APA uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, compõe-se de áreas públicas e privadas. Na APA Capivari-Monos, a grande maioria das terras são particulares, o que acaba por nortear a forma de gestão da área, pois há uma limitação evidente para as ações gerenciais.

Este capítulo trata da gestão em duas vertentes que se somam no caso da APA Capivari-Monos: a vertente administrativa a cargo da SVMA, aqui denominada **Gestão Institucional** e a vertente gerencial que cabe ao Conselho Gestor, aqui denominada **Gestão Participativa**.

Cabe à SVMA, órgão do Sistema Nacional de Meio Ambiente SISNAMA, no município de São Paulo, o gerenciamento da unidade e a presidência de seu Conselho Gestor. Embora as decisões sejam do colegiado, sua implementação cabe ao gestor da APA, necessariamente um técnico da SVMA, ao qual cumpre, além de organizar e coordenar as atividades do Conselho, fazer a necessária e imprescindível ligação entre as duas vertentes da gestão.

1. GESTÃO INSTITUCIONAL

À administração relacionam-se as atividades de cunho estritamente técnico e a operacionalização dos recursos financeiros disponíveis na dotação destinada às APAs e Parques Naturais. Com estes recursos é possível contratar serviços necessários ao cumprimento das obrigações legais tocantes ao SNUC, além de materiais para divulgação, etc. Tais ações não se concentram apenas na figura do gestor da APA, que também preside o Conselho, mas envolvem parte da estrutura da Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário (DEPAVE-8), incluindo os gestores de projeto e outros técnicos da Divisão.

O processo de contratação de serviços pela SVMA envolve um longo trabalho técnico, burocrático e jurídico, que se inicia com a definição do escopo dos serviços a serem contratados, que devem ser sistematizados e organizados em um Termo de Referência - TR que após análise de diversos setores da Secretaria, fará parte de um edital de licitação. As exigências burocráticas são muitas, tornando o processo complexo e moroso.

Tal complexidade está também relacionada ao histórico do DEPAVE-8, que na realidade teve início em 1993, quando da criação da SVMA, como Seção de Unidades de Conservação (SUC), subordinada à Divisão de Planejamento Ambiental, por sua vez subordinada ao Departamento Educação Ambiental e Planejamento (DEAPLA). Enquanto seção, a autonomia e alcance gerencial da SUC eram muito limitados. Na época, não existiam unidades de conservação municipais em São Paulo. A APA Capivari-Monos foi a primeira delas, e os estudos para sua criação foram iniciados em 1996.

Somente em 2007 a SUC foi transferida para o Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, e posteriormente alçada à condição de Divisão, com maior autonomia e importância institucional dentro da SVMA. O DEPAVE, por outro lado, tinha até então tradição e experiência na criação e administração de Parques Urbanos, cujos objetivos e formas de gerenciamento diferem bastante das UCs

Todo este processo de mudança e também reconhecimento da importância do DEPAVE - 8 interna e externamente à SVMA, especialmente em função da criação de novas unidades de

conservação, possibilitou o acréscimo de recursos ao gerenciamento das unidades, assim como sua viabilização, isto é: aumento, diversificação e qualificação do corpo técnico; incremento dos materiais e equipamentos; e a contratação de serviços afetos à sua gestão.

Os estudos para a criação da APA Capivari-Monos começaram em 1996. A inserção da SVMA no território da APA, bem como a articulação entre os técnicos e sociedade civil existem desde bem antes da criação da unidade. Apesar disso, apenas com a posse do Conselho Gestor em 2002 iniciaram-se formal e legalmente os trabalhos de gestão da APA Capivari-Monos.

No início, foi identificada uma carência fundamental: a exiguidade de recursos que viabilizassem a implantação efetiva da UC. Mesmo para a utilização dos poucos recursos então destinados à Seção de unidades de conservação, foram encontradas muitas dificuldades.

Apenas três anos após a criação da UC, em 2004, utilizando-se recursos de TCA – Termo de Compensação Ambiental foi possível a demarcação territorial de seus limites conforme previsto na lei de criação da APA. Para isto, foram instalados totens nas principais entradas, contendo um mapa de localização e um texto genérico sobre o significado da área, seu objetivo e o marco legal. Foram instalados 16 totens.

Em 2005 foram elaborados e impressos 50.000,00 folhetos informativos da APA. O texto e formatação foram feitos pela SVMA e a impressão foi custeada pela Subprefeitura de Parelheiros.

Em 2007, buscando inclusive dar subsídios às atividades educativas e ao turismo sustentável, foram instaladas placas informativas, indicando atrativos turísticos e atributos socioambientais relevantes. A SVMA elaborou uma proposta que foi discutida e aprovada pelo Conselho Gestor. Trinta e duas placas foram instaladas nos pontos definidos. Também em 2007, em função do desgaste causado pelas condições climáticas e algumas ações de vandalismo, os totens foram reformados.

A partir de 2006, visando cumprir a disposição legal da Lei Federal 9985/2000 – SNUC no que se refere à elaboração do Plano de Manejo, os técnicos da SVMA iniciaram a elaboração de um termo de referência para a contratação do diagnóstico socioambiental, a fim de sistematizar as informações e subsidiar o Plano. No entanto, devido às dificuldades administrativas supramencionadas, apenas em 2008 foi possível licitar e contratar o diagnóstico.

Também em 2008 foi realizado, através de licitação pública, o Inventário, Diagnóstico e Plano de Turismo das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia. O termo de referência para essa contratação foi elaborado com o apoio técnico de SPTuris. Sua elaboração foi iniciada em 2007, mas os serviços foram contratados em 2008 e finalizados em 2009.

Durante o período de 2008 a 2010 foi realizado o Programa de Educação Ambiental da APA Capivari-Monos, através de um Termo de Ajustamento de Conduta lavrado entre a SVMA, o Ministério Público Federal e FURNAS Centrais Elétricas, em razão de irregularidades no licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Itaberá-Tijuco Preto. O Termo de Ajustamento de Conduta foi lavrado no ano 2000, mas em razão da burocracia e descontinuidade administrativa de FURNAS e da própria SVMA, o programa só foi iniciado em 2008.

Em 2009 foi realizado um Vídeo Institucional e em 2010 um Documentário de História Oral, ambos por meio de contratação por licitação pública.

Tabela 1. 1. Serviços realizados e recursos utilizados na gestão da APA Capivari-Monos.

Ano	Serviço	Valor (R\$)	Fonte dos recursos
2004	Demarcação territorial (totens)	150.000,00	TCA
2005	Folhetos informativos	5.000,00	Orçamento SPPA
2007	Sinalização informativa (placas)	89.995,00	Orçamento SVMA
2007	Reforma dos totens	118.080,00	Orçamento SVMA
2008	Diagnóstico Socioambiental	289.740,00	Orçamento SVMA
2008-2009	Inventário, Diagnóstico e Plano Turístico	284.000,00	Orçamento SVMA
2008-2010	Programa de Educação Ambiental	450.000,00	Termo de Ajustamento de Conduta (FURNAS)
2009	Vídeo Institucional	57.900,00	Orçamento SVMA
2010	Documentário História Oral	78.200,00	Orçamento SVMA

A gestão dos recursos é uma pequena porção da gestão da APA e está concentrada na SVMA, por meio do DEPAVE-8. São grandes os entraves burocráticos e jurídicos e os técnicos da Divisão tem gradativamente se capacitado para executar essa tarefa que exige conhecimento, experiência e responsabilidade. Para todos os contratos acima descritos é definido um fiscal responsável por zelar por prazos e qualidade dos produtos, trabalho este que também exige uma articulação interna à SVMA envolvendo os setores jurídicos e administrativos.

A utilização de recursos públicos está condicionada a regras e diretrizes específicas. Por exemplo, até meados de janeiro, não é possível realizar reserva ou empenho de recursos. Além disso, muitas vezes, ainda que com o orçamento aprovado, os recursos permanecem congelados até que o Prefeito autorize sua disponibilização

Além disso, a Divisão não é a única responsável pela execução do orçamento previsto. Cabe a ela o planejamento e a priorização, mas a aprovação do orçamento depende da Secretaria Municipal do Planejamento e a efetiva liberação é prerrogativa do Gabinete da SVMA, após análise do setor jurídico.

A vertente institucional da gestão da APA Capivari-Monos não se resume à execução do orçamento. A articulação com os outros departamentos da SVMA, bem como outras secretarias municipais e órgãos públicos estaduais e federais é fundamental para que a Unidades cumpram seus objetivos.

No que tange à esfera interna da SVMA, são especialmente importantes o Departamento de Controle Ambiental – DECONT ao qual compete o licenciamento e controle ambiental, e o Departamento de Gestão Descentralizada Sul (DGD Sul), o qual compete a educação ambiental e a execução da fiscalização⁴³.

Quanto às outras secretarias municipais e órgãos públicos com atribuições importantes para a gestão da APA, a maior parte integra o Conselho Gestor. Com exceção da FUNAI e do IBAMA, os outros órgãos são conselheiros ou membros das Câmaras Técnicas. Ainda

⁴³ A operacionalização da fiscalização compete ao DGD, mas a parte normativa, o gerenciamento das multas aplicadas e sua conversão em medidas não pecuniárias compete ao DECONT.

assim, o papel institucional de DEPAVE-8 é essencial para que as decisões e deliberações do Conselho sejam internalizadas por esses órgãos, e efetivamente realizadas.

Além da necessária articulação, é também papel do DEPAVE-8 elaborar e coordenar estudos e pareceres que subsidiam e fundamentam a gestão participativa. Um exemplo é o Zoneamento Geoambiental, aprovado pela Lei Municipal 13.706/2004. Embora construído participativamente pelo Conselho, foi baseado no mapeamento e caracterização técnica elaborado pelo DEPAVE-8. Outro é o próprio Plano de Manejo, coordenado e redigido também pela Divisão, a quem coube a contratação do diagnóstico e sua atualização, o levantamento e sistematização das informações, a organização das oficinas e consolidação de seus resultados nos programas de gestão, e a edição do documento final.

2. GESTÃO PARTICIPATIVA

A história da gestão participativa da APA teve início bem antes da criação da Unidade. As primeiras articulações remontam a 1996, quando foi criada no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES - uma comissão interinstitucional, com a participação de secretarias municipais (do Verde e do Meio Ambiente, Planejamento e Cultura), estaduais (Meio Ambiente) e organizações da sociedade civil representadas no CADES (CREA, OAB e APEDEMA entre outras), para estudar e propor a criação de uma Unidade de Conservação no extremo Sul do município.

Essa comissão elaborou um Projeto de Lei o qual, após aprovado pelo CADES, foi enviado à Câmara Municipal.

Em 1998 o Projeto de Lei foi debatido em audiências públicas, uma das quais realizada em Santo Amaro, à qual compareceram ONGs ligadas à proteção do meio ambiente e organizações locais. A partir desse momento a idéia da criação da APA ganhou força na região, e também novos parceiros.

A partir das audiências públicas a mobilização para a criação da APA foi se intensificando. No âmbito da Câmara Municipal, por outro lado, a tramitação foi lenta e complicada, pois a criação da APA – e a própria proteção dos mananciais e da biodiversidade – não era prioritária e conflitava com interesses de grupos políticos com base eleitoral na região, principalmente aqueles ligados à indústria do loteamento clandestino. Mesmo o Poder Executivo, autor do projeto, não se empenhou para a sua aprovação.

Na região a mobilização crescia, apoiada pelo esforço dos técnicos, ainda que sem o respaldo institucional da SVMA. Em 1999 foi realizado no bairro do Embura o Primeiro Encontro Pró APA Capivari-Monos, do qual participaram mais de 500 pessoas representando associações de moradores, organizações não governamentais, órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, agricultores, monitores ambientais, empreendedores na área de turismo, indígenas e estudantes.

O encontro foi um marco importantíssimo na gestão participativa da APA. Nele foram criados grupos temáticos de educação, agricultura, turismo, saúde e saneamento, fiscalização e mobilização. Esses grupos, integrados pelo poder público e sociedade civil foram os embriões das atuais Câmaras Técnicas do Conselho Gestor. Muitos de seus integrantes assumiram papéis de liderança e participam até hoje do Conselho.

Foi também criada a comissão Pró Conselho Gestor, que teve papel essencial no processo de aprovação da APA na Câmara, pressionando vereadores, organizando abaixo assinados e divulgando a região e a APA na mídia.

Paralelamente, a SVMA realizava na região dois cursos de educação ambiental, um para professores e outro voltado à formação de multiplicadores na sociedade civil. Esses cursos foram muito importantes para a conscientização da comunidade

A criação da APA se deu finalmente em 2001, com a sanção da Lei Municipal 13.136 em nove de julho daquele ano. A assinatura da lei foi feita publicamente pela então prefeita Marta Suplicy, num evento na praça de Engenheiro Marsilac.

Com a criação legal teve início formalmente o trabalho de gerenciamento da unidade pela SVMA, através da Seção de Unidades de Conservação (SUC), a qual tinha, na época, recursos e corpo técnico diminutos.

A primeira tarefa da SUC foi instalar o Conselho Gestor da Unidade, deliberativo e paritário entre poder público e sociedade civil. Regulamentado por decreto específico, o Conselho foi ampliado para 20 membros, mais do que os 14 previstos na lei de criação.

Apesar do grau de participação e mobilização da sociedade civil local, muitas das organizações atuantes na APA não eram formalizadas e não possuíam a documentação necessária para integrar o Conselho. Entre os órgãos públicos, alguns não compreendiam a importância de sua participação e demoraram a enviar seus representantes, de modo que o processo de cadastramento dos candidatos para formação do Conselho demorou mais do que o esperado.

Em agosto de 2002 foi finalmente empossado o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos. Desde então foram quatro gestões do Conselho, pois o mandato dos conselheiros é de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Durante a primeira gestão do Conselho, no período de 2002 a 2004, o Conselho se dedicou principalmente à elaboração e aprovação de seu regimento interno e ao Zoneamento Ambiental da Unidade. Também nessa época foram criadas as primeiras Câmaras Técnicas.

O zoneamento, denominado Zoneamento Geoambiental, foi criado pela Lei Municipal 13.706 de 2004, após intensa discussão no Conselho. O mapeamento e texto inicial foram preparados por um grupo de trabalho coordenado pela Divisão, criado especialmente para essa finalidade, e apresentados ao Conselho. Este analisou, questionou e modificou texto e mapa. Foram muitas reuniões e trabalhos de campo, num processo de sucessivas aproximações permeado pelo diálogo entre o conhecimento técnico e os saberes populares.

Após a edição do Zoneamento Geoambiental, os esforços foram direcionados a implementá-lo, elencando, planejamento e priorizando as ações que darão forma às suas diretrizes. A segunda gestão do Conselho, iniciada em 2005 e terminada em 2007, teve como prioridade esse trabalho e articulação do próprio conselho.

Em uma série de oficinas foram mapeados coletivamente os problemas da APA, os possíveis caminhos e os projetos para sua resolução. Em meados de 2007 o Conselho, reunindo todos os participantes das oficinas realizadas, organizou um seminário onde foram definidas as prioridades. Dentre os problemas e projetos anteriormente selecionados, foram definidos os que o Conselho deve encampar - ou seja, assumir a responsabilidade direta pela viabilização - e os que o Conselho deve apoiar - ou seja, questões cuja resolução não é atribuição direta do Conselho, mas é de interesse para a gestão da APA.

Um dos produtos desse trabalho foi a definição coletiva da missão do Conselho Gestor:

“Articular as Políticas Públicas voltadas à APA, definindo diretrizes de ação, reunindo atores e instituições e alavancando recursos/capacidades, tendo em vista garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica da Unidade de Conservação”

Outro foi o documento **“Diretrizes de planejamento para o Conselho Gestor”**, resultado do seminário realizado em abril de 2007. Este documento pode ser considerado o marco inicial da construção deste Plano de Manejo.

Na terceira gestão do Conselho, entre 2007 e 2009, houve uma grande aproximação com a vizinha APA Bororé-Colônia, criada em 2006. As Câmaras Técnicas, em especial as de Turismo e Agricultura, passaram a trabalhar de forma integrada e a experiência da APA Capivari-Monos, mais consolidada, foi importante para a estruturação da gestão participativa da APA Bororé-Colônia.

Nesse período, o Conselho acompanhou e subsidiou a elaboração do Inventário, Diagnóstico e Plano de Turismo das APAs paulistanas, bem como participou ativamente do Programa de Educação Ambiental da APA, desenvolvido pela Neotrópica Ambiental, empresa contratada por FURNAS no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta da Linha de Transmissão Itaberá-Tijuco Preto.

Também na terceira gestão do Conselho teve início uma política pública de maior importância para a APA: o lançamento de editais específicos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), específicos para as APAs paulistanas. Os projetos apoiados pelo FEMA foram detalhados no capítulo 2 – Diagnóstico Socioambiental.

Além dos resultados específicos para cada projeto financiado, os editais do FEMA trouxeram um impacto muito positivo à gestão: o empoderamento, e consequente aumento do protagonismo, das organizações da sociedade civil.

Ainda em 2009, tiveram início as oficinas temáticas para a construção do Plano de Manejo.

A quarta gestão do Conselho, empossada em 2010, deu continuidade ao processo de elaboração do Plano. Acompanhou e aprovou, em outubro de 2010, o diagnóstico socioambiental e, em novembro do mesmo ano, a oficina final de elaboração dos programas de gestão. Alguns conselheiros também participaram da oficina de construção de cenários, cujos resultados subsidiaram a redação do capítulo 5, Recomendações à Gestão da Unidade.

1.1. A IMPORTÂNCIA DAS CÂMARAS TÉCNICAS NA GESTÃO DA APA

A articulação entre órgãos e entidades da sociedade civil, sempre foi um ponto fortíssimo na gestão da área, entretanto, existiam e existem fortes obstáculos a serem vencidos, que abrangem entraves políticos, financeiros e burocráticos.

As Câmaras Técnicas tem importância fundamental nos trabalhos de gerenciamento da APA no âmbito do Conselho Gestor e são importantes fóruns de resolução desses entraves. Apesar de poderem ser integradas por não-conselheiros, são criadas e aprovadas pelo Conselho, que referencia inclusive sua composição. Conforme definido no regimento interno do Conselho Gestor, as Câmaras Técnicas são temáticas e permanentes. Já os grupos de trabalho tem caráter temporário e são dissolvidos quando cumprem o objetivo para o qual foram criados.

As primeiras Câmaras Técnicas a serem criadas foram: Fiscalização, Turismo e Saneamento. Durante os primeiros mandatos na maioria dos casos, (à exceção da Câmara de Saneamento a cargo da SABESP) a coordenação das Câmaras coube à SVMA. Embora aparentemente seja uma forma de concentração de poder, o que houve foi uma situação contrária: o conselho gestor assim entendeu que seria adequado. É importante analisar esta questão também sob outro ponto de vista: era preciso empoderar a sociedade civil e fomentar a articulação das entidades e órgãos públicos que compunham o conselho para que a Secretaria não precisasse mais estar à frente dessas câmaras técnicas. Atualmente são cinco as Câmaras Técnicas, conforme tabela a seguir.

Tabela 1. 2. Câmaras Técnicas do Conselho Gestor da APA Capivari

Câmara Técnica	Função	Participantes	Coordenação
Turismo Sustentável	Articular organizações e ações na área de turismo, tendo em vista a sustentabilidade da atividade.	SVMA, SPTuris, AECOTUR, Trip On Jeep Ecoturismo e Aventura, AMOAAAPA, Na Trilha do Bicho Monitores Ambientais e Subprefeitura de Parelheiros, entre outros.	Trip on Jeep Ecoturismo
Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	Articular ações na área de agricultura, dentro dos preceitos da agroecologia	SVMA, ABAST, Casa da Agricultura Ecológica, Instituto Pedro Matajs, Instituto Cinco Elementos, Subprefeitura de Parelheiros, SMA/Guarapiranga Sustentável, Fundação Mokiti Okada, ITCP, Instituto Refloresta, Subprefeitura de Parelheiros, CATI, SESC Interlagos	Instituto Pedro Matajs
Gestão Socioambiental	Acompanhar os projetos	SVMA, DGD Sul, SENAC, SMC, Sesc Interlagos	SENAC
Fiscalização e monitoramento	Subsidiar as ações fiscalizatórias, buscando agir estrategicamente e otimizar as ações dos diferentes órgãos	SVMA, Subprefeitura de Parelheiros, GCM Ambiental, Sabesp, SMA, Polícia Militar Ambiental, Operação Defesa das Águas, Águas da Serra.	SVMA
Infraestrutura e Saneamento	Articular as ações de infraestrutura e saneamento	SVMA, SABESP, Subprefeitura de Parelheiros, Associação Clube Campestre de São Paulo, entre outros	SABESP

Com a criação da APA Bororé-Colônia em 2006, começou a se delinear a possibilidade de trabalhos conjuntos com o conselho da APA Capivari-Monos, especialmente nas áreas de turismo e agricultura. Não houve a formalização da unificação das Câmaras Técnicas dos conselhos das duas APAs, mas o que se tem constatado dia após dia é que os trabalhos tem convergido não apenas em razão das duas UCs possuírem similaridades, mas em razão de existir o entendimento de que as atividades não se restringem aos limites legais das duas Áreas de Proteção Ambiental.

Este cenário de integração aponta para uma possibilidade futura já vislumbrada e discutida pelo DEPAVE-8: a possível unificação das APAs.

O amadurecimento da gestão participativa, trazendo mais autonomia e empoderamento às organizações da sociedade civil vem sendo progressivamente conquistado nos dez anos de

existência da APA Capivari-Monos. Cada vez mais a SVMA assume o papel de articulador e facilitador do processo, o que aponta para outra possibilidade futura: a co-gestão por organizações da sociedade civil (OSCI), prevista nos artigos 21 a 24 do Decreto Federal 4.340/2002 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Tendo em vista a existência de grandes áreas ocupadas por população de baixa renda, como o Núcleo Vargem Grande, que necessitam de intervenção do Poder Público no sentido viabilizar o seu saneamento ambiental e regularização urbanística e fundiária, sugere-se a instituição de uma Câmara Técnica de Habitação, com representantes da SEHAB, órgão conjuntamente responsável por tais ações.

Um Plano de Manejo bem elaborado, com diretrizes, estratégias, ações e prioridades claras, fundamenta e subsidia a gestão participativa e é o pressuposto para co-gestão.

1.2. A elaboração participativa do Plano de Manejo

A abordagem participativa é uma premissa metodológica para a elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação, em especial nas de uso sustentável, conforme roteiros metodológicos do IBAMA e da SMA.

Na APA Capivari-Monos essa abordagem é presente desde sempre e mesmo antes de sua criação, foram muitos os fóruns, encontros e oficinas. Nesse sentido, pode-se dizer que todos esses eventos contribuíram para a construção do Plano de Manejo, mas nem todos tiveram essa finalidade.

Consideramos o documento “Diretrizes de Planejamento para o Conselho Gestor” como o marco inicial no processo de elaboração do Plano de Manejo. A partir desse momento, foram iniciados os diagnósticos e realizados vários eventos visando a consolidação do Plano. Os principais estão descritos na tabela a seguir.

A elaboração deste Plano de Manejo não seguiu à risca os roteiros metodológicos do IBAMA e SMA, embora, do ponto de vista da abordagem metodológica e do conteúdo, esteja coerente com ambos. O Zoneamento Ambiental, cuja elaboração é normalmente uma etapa do Plano, foi feito bem antes no caso da APA Capivari-Monos, com base em diagnóstico anterior. Dessa forma, o Plano aponta para a necessidade de sua revisão.

A gestão participativa, por sua própria natureza, não cabe estritamente em roteiros metodológicos. Todo processo participativo envolve mudança de valores e cultura e, portanto, tem um componente de subjetividade. O tempo de maturação dos processos, a capacitação de seus agentes, a construção de um repertório comum são peculiares ao território de cada APA, e aos grupos sociais que nele interagem. Não são, portanto, iguais para todas as Áreas de Proteção Ambiental.

Quanto mais as peculiaridades do grupo e do processo forem consideradas, mais adequado à realidade o Plano de Manejo será e maiores as chances de ser efetivamente implantado.

É o caso do Plano de Manejo da APA Capivari-Monos, cujo processo de construção foi longo e não exatamente linear, mas fortemente embasado na ampla participação do Conselho e da comunidade, e no conhecimento aprimorado da região, fruto dos quase dez anos de existência da APA.

Tabela 1. 3. Marcos principais para elaboração do Plano de Manejo da APA Capivari-Monos

Evento	Data	Organização e coordenação	Local
Contratação de consultoria para subsidiar o Diagnóstico Socioambiental	2008	DEPAVE-8	SVMA
Elaboração, mediante consultoria, do Inventário, Diagnóstico e Plano de Turismo para as APAs,	2008 e 2009	DEPAVE-8 e Conselhos Gestores das APAs Capivari-Monos e Bororé Colônia	SVMA e APAs
Levantamento e sistematização das organizações e projetos na APA e entorno imediato ⁴⁴ .	2008	DEPAVE-8 e Neotropica Ambiental	APA Capivari-Monos
Primeiro Encontro de Projetos em Agricultura e Desenvolvimento Sustentável das APAs	Julho de 2009	DEPAVE-8 e Câmara Técnica de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	Igreja Messiânica Solo Sagrado Guarapiranga.
Oficina de fiscalização e monitoramento participativo	Outubro de 2009	DEPAVE-8 e Câmara Técnica de Monitoramento e Fiscalização	Centro Educacional Unificado (CEU) Parelheiros
Oficina de Educação Ambiental	Novembro de 2009	DEPAVE-8 e Câmara Técnica de Gestão Socioambiental	Centro Educacional Unificado (CEU) Parelheiros
Oficinas de Turismo	Novembro de 2009 e fevereiro de 2010	DEPAVE-8 e Câmara Técnica de Turismo Sustentável	Recanto Tagaste
Ciclo de Planejamento Estratégico em Agricultura	Novembro e dezembro de 2009	DEPAVE-8 e Câmara Técnica de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável	SESC Interlagos
Aprovação do Diagnóstico Socioambiental	Outubro de 2010	DEPAVE-8 e Conselho Gestor	Subprefeitura de Parelheiros
Oficina de Programas de Gestão	Novembro de 2010	DEPAVE-8 e Conselho Gestor	Centro de Cidadania da Mulher Parelheiros
Oficina de Cenários Futuros	Dezembro de 2010	DEPAVE-8	SVMA

⁴⁴ Realizado pela Neotropica Ambiental como etapa inicial do Programa de Educação Ambiental, e atualizado nos capítulos referente aos equipamentos públicos e organizações da sociedade civil.

PROGRAMAS DE GESTÃO

Os programas de gestão foram formulados pelo Conselho Gestor a partir da elaboração do documento “Diretrizes de Planejamento para o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos”, através de suas Câmaras Técnicas, em uma série de encontros culminando em uma grande oficina realizada em novembro de 2010.

Nessa oficina foram consolidados e aprovados os programas descritos seguir. Cada um deles está organizado na forma de diretrizes e objetivos estratégicos coletivamente construídos, considerando as especificidades da área temática na qual se insere o programa.

Para cada objetivo estratégico foram definidas ações específicas, hierarquizadas em prioridades e temporalidades. A prioridade diz respeito à importância da ação para a gestão da APA, e a temporalidade à natureza da ação, e também à governabilidade do Conselho Gestor, e da própria SVMA, sobre sua execução. Dessa forma, existem ações que devem ser permanentes, outras devem ocorrer periodicamente e algumas são pontuais. Uma ação importante, e, portanto, com prioridade alta, pode ainda assim não ser escolhida para execução a curto prazo devido à pequena governabilidade atual para sua implementação.

Foram definidos para cada ação os responsáveis pela sua execução e também os possíveis parceiros, ou seja, aqueles que podem colaborar, mas não tem atribuição direta sobre ela. Alguns dos possíveis parceiros já integram as Câmaras Técnicas ou participam do Conselho como colaboradores, outros ainda não participam e devem ser convidados a fazê-lo.

No que tange aos recursos, não é possível quantificá-los nem é função do Plano de Manejo fazê-lo. Os recursos foram considerados em função da natureza de sua origem. Assim, existem ações cuja execução é atribuição direta da SVMA ou de outros órgãos públicos integrantes do Conselho, podendo, portanto, ser implantadas via orçamento público. Outras, pela sua natureza, podem ser executadas mediante compensação ambiental por empreendimentos com impacto ambiental sobre a APA, conforme dispõe o SNUC. Fundos públicos, a exemplo do FEMA, FEHIDRO e FNMA, bem como editais específicos e fundos privados, também foram considerados como fontes de recursos.

As diretrizes, objetivos estratégicos e ações elencadas nos programas devem balizar a gestão da APA a partir da consolidação deste Plano de Manejo. Assim, devem nortear a destinação do orçamento da Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário (DEPAVE-8) da SVMA, bem como a definição da aplicação das compensações ambientais no território da APA.

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Educação Ambiental considerou todas as ações de educação ambiental já realizadas e propostas na APA desde a sua criação, com vistas ao cumprimento do artigo 19 da lei de criação da unidade:

“ implantação da APA Capivari-Monos será acompanhada de um programa permanente de educação ambiental, a ser desenvolvido pela SVMA em parceria com organizações locais da sociedade civil, cuja orientação caberá ao Conselho Gestor”

As atividades de educação ambiental na unidade tiveram início antes de sua criação, com a realização de dois ciclos de formação, em 2000, um voltado a professores da rede pública e outro à formação de multiplicadores na comunidade. A partir daí, uma série de ações pontuais foram realizadas. Embora tenham de fato contribuído para a sensibilização e mobilização da comunidade local, foram ações isoladas, a partir de demandas específicas, e dependendo da disponibilidade voluntária de técnicos da SVMA.

Em 2008 teve início o Programa de Educação Ambiental da APA, realizado em decorrência de um Termo de Ajustamento de Conduta com FURNAS Centrais Elétricas, por conta do licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Itaberá Tijuco Preto. A cargo da empresa Neotrópica Ambiental, contratada por FURNAS, o programa foi implantado a partir de um termo de referência preparado pela SVMA e aprovado pelo Conselho Gestor. Estendeu-se até meados de 2010.

Acompanhado integralmente pela Câmara Técnica de Gestão Socioambiental, o programa incluiu um ciclo de formação de professores, outro específico para agricultores e outro voltado à comunidade em geral. Produziu também uma cartilha, um vídeo educativo e alguns folhetos específicos, um sobre práticas agroecológicas e outro sobre as atividades permitidas e proibidas na APA. Os resultados foram bons, e o Conselho demanda um novo programa continuando, estendendo e aprimorando o que foi realizado.

Atualmente a educação ambiental na APA é de competência do DGD Sul, que atende a uma vasta região e não conta com corpo técnico suficiente para tanto. A articulação de parcerias, por exemplo, com o Programa de Saúde da Família, com as secretarias municipal e estadual de educação, com organizações não governamentais; a destinação de recursos específicos para a educação ambiental via editais, e a aplicação dos recursos advindos de compensações ambientais para essa finalidade estão entre as estratégias possíveis para a construção de um programa permanente de educação ambiental, cujas diretrizes e objetivos são expressas a seguir:

Diretrizes

- Subsidiar as ações educativas para conservação, preservação e uso sustentável na APA Capivari-Monos, por meio de uma gestão participativa, de forma a promover a melhoria da qualidade de vida da população residente;
- Promover a Educação Ambiental no âmbito da Educação formal e informal;
- Inserir nas ações de Educação Ambiental o conceito de bacia hidrográfica, contemplando as três bacias inseridas na APA;
- Relacionar a Educação Ambiental com os serviços do Poder Público na área da APA Capivari;
- Articular a educação ambiental aos outros programas do plano de manejo da APA Capivari Monos.

Objetivos Estratégicos:

1. Institucionalizar as ações de educação ambiental na APA;
2. Fomentar a criação de novos editais do FEMA que contemplem o tema Educação Ambiental para a APA;
3. Promover a articulação de ações entre os serviços públicos atuantes na região e SVMA;
4. Estimular a participação da população local no Conselho Gestor da APA Capivari-Monos e nos problemas das questões socioambientais locais;
5. Sensibilizar e capacitar os professores e a comunidade escolar para desenvolverem projetos de educação ambiental de forma articulada e interdisciplinar, voltados para uma maior participação comunitária;
6. Sensibilizar e capacitar as lideranças comunitárias e suas comunidades para preservar a APA, visando o desenvolvimento de ações educativas, de inclusão social e de geração de renda;
7. Estimular a criação e/ou fortalecimento de Associações de bairro e de representações de classe, incorporando as experiências existentes nas comunidades;
8. Fomentar e fortalecer ações de Educação Ambiental informal;
9. Fomentar e instrumentalizar a criação de organizações e empreendimentos dentro dos princípios da Economia Solidária.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Institucionalizar as ações de educação ambiental na APA	Promover a retomada dos trabalhos de educação ambiental da SVMA na APA, através do DGD Sul	DEPAVE 8, DGD Sul, CT Gestão Socioambiental	Cons. Gestor APA CM	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Criar um plano de trabalho de educação ambiental para a APA integrando os outros programas	SVMA, DEPAVE 8 DGD Sul, CT Gestão Socioambiental	Cons. Gestores APAs CM e BC	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Fomentar a elaboração e implantação das agendas 21 locais	SVMA, DEPAVE 8, DGD Sul, CT Gestão Socioambiental	Cons. Gestores APAs CM e BC	Curto	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
2. Fomentar a criação de novos editais do FEMA que contemplem o tema Educação Ambiental para a APA	Fomentar a elaboração de projetos por entidades locais	SVMA	Entidades locais	Curto	Periódica	Fundos públicos e privados	Alta
	Articular e assessorar as entidades locais para a elaboração de projetos	SVMA	Entidades locais	Curto	Periódica	Orçamento público, Fundos	Alta
	Promover seminários, encontros e oficinas que integrem as entidades locais nos projetos	SVMA	Entidades locais	Curto	Periódica	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
3. Promover a articulação de ações entre os serviços públicos atuantes na região e SVMA	Definir junto ao Ministério Público um Programa Específico com os agentes por meio do TAC de Furnas	SVMA	MPF, SMS, Associação Saúde da Família, OS Santa Catarina	Curto	Pontual	Orçamento e compensações ambientais	Alta
	Elaborar e implantar projetos de capacitação/formação dos Agentes de Saúde da Família e Agentes de Proteção Social/SMADS	SVMA	SMS, SMADS, Associação Saúde da Família, OS Santa Catarina	Médio	Permanente	Orçamento e compensações ambientais	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Definir e implantar outras possíveis ações conjuntas do Conselho e do PSF	SVMA	SPPA, SMS, SMADS, SMA	Curto	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e compensações ambientais	Alta
4. Estimular a participação da população local no Conselho Gestor da APA do Capivari- monos e nos problemas das questões sócio-ambientais locais	Realizar Seminários, Fóruns e Encontros sobre as temáticas da Educação Ambiental para integrar ações e parcerias locais	SVMA e CT Gestão Socioambiental	ONGs, universidades	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Complementar e aprimorar levantamento das ações e parcerias locais	SVMA e CT Gestão Socioambiental	ONGs, universidades	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Divulgar as ações e programas do Plano de Manejo através dos agentes comunitários/ agentes sociais e lideranças locais	SVMA e CT Gestão Socioambiental	Cons. Gestor APA CM, universidades e mídia	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
5. Sensibilizar e capacitar os professores e a comunidade escolar para desenvolverem projetos de educação ambiental de forma articulada e interdisciplinar, voltadas para uma maior participação comunitária	Realizar Diagnóstico Participativo e Planejamento Participativo: Identificar as organizações populares e equipamentos públicos, visando a articulação local e o planejamento das ações de educação ambiental.	SVMA, CT Gestão Socioambiental	SME e SEE	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Realizar seminários, encontros, cursos, oficinas, palestras e mostras	SVMA	SME e SEE	Curto	Periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
6. Sensibilizar e capacitar as lideranças comunitárias e suas comunidades para	Criar e realizar oficinas educativas, trilhas interpretativas, estudos do	SVMA	Organizações sociais	Curto	Permanente	Orçamento e fundos públicos e	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
preservar a APA, visando o desenvolvimento de ações educativas, de inclusão social e de geração de renda nas suas comunidades	meio, cursos, treinamentos, exposições, materiais didáticos, entre outros instrumentos educativos					privados	
	Divulgar os resultados e socializar os conteúdos e estratégias criados	SVMA	Organizações sociais e CT Gestão Socioambiental	Curto	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
7. Estimular a criação e/ou fortalecimento de Associações de bairro e de representações de classe, incorporando as experiências existentes nas comunidades	Levantamento e assessoria através de oficinas com a comunidade, atuando como facilitador na elaboração, planejamento e execução de projetos de educação ambiental	SVMA, CT Gestão Socioambiental	Cons. Gestor APA CM, SPPA e SMPP	Médio	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
8. Fomentar e fortalecer ações de Educação Ambiental informal	Fortalecer, instrumentalizar e gradativamente ampliar o PJ Mais, buscando principalmente a injeção permanente de recursos municipais (SVMA) na manutenção do Programa	SVMA	FF, Instituto Anna Lapinni e organizações locais	Curto	Permanente	Orçamento e fundos públicos	Alta
	Apoiar novos editais de educação ambiental e a adesão a estes por entidades locais	SVMA	Cons. Gestor APA CM	Curto	Periódico	Fundos públicos e privados	Alta
	Levantar, conhecer e apoiar (quando for o caso), ações de educação ambiental desenvolvidas na região	SVMA e Cons. Gestor APA CM	CADES regionais	Médio	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
9. Fomentar e instrumentalizar a criação de organizações e	Levantamento das habilidades e potencialidades da comunidade	SVMA e Cons. Gestores APAs CM e BC	SEBRAE, OCESP e UNISOL	Médio	Periódico	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
empreendimentos dentro dos princípios da Economia Solidária	Avaliação da viabilidade econômica	SVMA e Cons. Gestores APAs CM e BC	SEBRAE, OCESP e UNISOL	Médio	Periódico	Orçamento	Alta
	Organização e planejamento do empreendimento	SVMA e Cons. Gestores APAs CM e BC	SEBRAE, OCESP e UNISOL	Médio	Periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Formalização, capacitação e assessoria para viabilidade econômica	SVMA e Cons. Gestores APAs CM e BC	SEBRAE, OCESP e UNISOL	Médio	Periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta

2. ATIVIDADES ECONÔMICAS

Em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, o fomento e incentivo às atividades econômicas potencialmente capazes de conviver com a proteção ambiental é imprescindível. Na APA Capivari-Monos, onde os indicadores socioeconômicos são ruins e as oportunidades de geração de trabalho e renda são poucas, a questão é prioritária: não há sustentabilidade possível sem que haja viabilidade para a economia local.

Este Programa divide-se em três subprogramas: agricultura, turismo e artesanato e manifestações culturais. Nenhuma das três atividades, em especial as duas primeiras, traz em si nenhuma garantia de sustentabilidade. Pelo contrário, agricultura e turismo são potencialmente impactantes, porém seus impactos podem ser minimizados com a adoção de tecnologias e práticas ambientalmente corretas.

O incentivo e qualificação da agricultura e do turismo através da adoção de tais práticas, bem como do fortalecimento da organização local de modo a assegurar a repartição socialmente justa dos lucros e benefícios dessas atividades é o principal desafio que se apresenta ao programa de atividades econômicas.

Dadas as especificidades de cada tema, os subprogramas foram estruturados em separado, e discutidos primeiramente em oficinas específicas, embora sejam integrados. O subprograma de agricultura articula-se com o de turismo e vice-versa; o subprograma de artesanato e manifestações culturais alimenta e é alimentado pelo de turismo. No que tange às manifestações culturais, o programa tem também um papel fundamental: a valorização da cultura e dos saberes locais como um diferencial da região, e ao mesmo tempo como alternativa para os cidadãos da APA em contraponto à situação de exclusão social e isolamento em relação à metrópole.

2.1. AGRICULTURA

Diretrizes:

- Adotar a sustentabilidade como premissa para o desenvolvimento da agricultura na APA, acolhendo e integrando todas as práticas agrícolas que minimizem o impacto das atividades antrópicas no meio e que promovam o consumo consciente;
- Privilegiar a agricultura familiar e a continuidade do jovem no campo;
- Trabalhar em sintonia com os demais órgãos e instituições que atuam ou venham a atuar em agricultura na região da APA, tais como a Casa de Agricultura Ecológica, a Supervisão Geral de Abastecimento da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outras;
- Adotar como premissa a Resolução Conjunta SMA/SAA-008, de 21 de dezembro de 2009, que estabelece diretrizes para incentivar as práticas de agricultura sustentável em Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Tietê.

Objetivos estratégicos:

1. Promover a soberania alimentar e o consumo consciente;
2. Promover extensão rural voltada para a agricultura sustentável;
3. Fomentar a organização dos agricultores;

4. Inserir os proprietários de áreas prestadoras de serviços ambientais nas estratégias públicas e privadas de valoração desses serviços;
5. Promover a diversificação das alternativas de geração de renda nas propriedades rurais;
6. Fortalecer a comercialização dos produtos agrícolas;
7. Fortalecer a Câmara Técnica de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável das APA Capivari-Monos e Bororé-Colônia, garantindo a participação dos agricultores na gestão da agricultura na APA;
8. Institucionalizar a Casa de Agricultura Ecológica.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Promover a soberania alimentar e o consumo consciente	Conscientizar o público interno e externo às APAs sobre a importância do alimento natural, algo cada vez mais valorizado	CT Agricultura, ABAST e DGD Sul	ONGs, OSCIPs, Instituições de ensino, associações e conselhos de classe	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Baixa
	Promover palestras sobre alimentação saudável nas escolas	CT Agricultura, ABAST e DGD Sul	ONGs, OSCIPs, instituições de ensino, SESI e CATI	Médio	Periódica	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Baixa
	Fazer oficinas de alimentação saudável e aproveitamento integral de alimentos, junto às agentes do Programa de Saúde da Família	CT Agricultura, ABAST, PSF e DGD Sul	ONGs, OSCIPs, instituições de ensino, SESI, CATI	Médio	Periódica	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Baixa
	Elaborar e divulgar material informativo sobre alimentação saudável e aproveitamento integral dos alimentos	CT Agricultura, PSF e DGD Sul	ONGs, OSCIPs, instituições de ensino, SESI, CATI, empresas	Médio	Periódica	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Médio
	Estimular a utilização sustentável de plantas nativas da mata atlântica	Incubadora de Projetos Sociais da PMSP e CT Agricultura	ONGs, OSCIPs, instituições de ensino, CATI, SESI e associações	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Médio
2. Promover extensão rural voltada para a agricultura sustentável	Propiciar assistência técnica aos produtores, usando como base o protocolo de boas práticas agroambientais;	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura, SVMA	ONGs, OSCIPs, instituições de ensino	Médio	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
						privada	
	Orientar quanto ao crédito rural, outras políticas públicas, dar orientação contábil e jurídica.	CAE	Bancos, ONGs, OSCIPs, instituições de ensino, associações e conselhos de classe, MAPA, MDS, MDA	Longo	Permanente	Orçamento e iniciativa privada	Médio
	Promover a criação de unidades demonstrativas de boas práticas agroambientais	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura, SVMA, APTA	Agricultores	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
	Propiciar treinamento e capacitação dos produtores para promover acesso à inovação e gerar conhecimento	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura, SVMA, Incubadora de projetos da PMSP	ONGs, OSCIPs e instituições de ensino	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
3. Fomentar a organização dos agricultores;	Promover capacitação e assessoria para organização de produtores (associações, cooperativas, etc.)	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura, ICA	ONGs, OSCIPs, instituições de ensino, SEBRAE, sindicatos e associações	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
	Divulgar e capacitar em certificação participativa	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura, MAPA	ONGs, OSCIPs e redes	Curto	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
4. Inserir os proprietários de áreas prestadoras de serviços	Fomentar programas de remuneração por serviços	CAE, CATI, ABAST, CT	ONGs, OSCIPs, instituições	Curto	Permanente	Orçamento, fundos	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
ambientais nas estratégias público/privado de valoração desses serviços;	ambientais	Agricultura, DGD Sul	privadas, institutos e fundações			públicos e privados e iniciativa privada	
	Auxiliar na elaboração de projetos de adequação ambiental das propriedades rurais	CAE, CT Agricultura, DGD Sul	ONGs, OSCIPs, instituições privadas, institutos e fundações	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
	Promover oficinas de capacitação sobre o tema	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura	ONGs, OSCIPs, instituições privadas, institutos e fundações	Curto	Periódica	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Incentivar o monitoramento e proteção dos recursos hídricos, garantindo o suporte para o pagamento por serviços ambientais	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura, CETESB, GCM, PM, SMA	ONGs, OSCIPs e população	Curto	Periódica	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Acompanhar e divulgar a evolução das normatizações e regulamentações sobre o tema	CAE, CT Agricultura	ONGs, OSCIPs	Curto	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Acompanhar e divulgar os resultados dos projetos e ações relativas ao tema	CT Agricultura, SVMA	ONGs, OSCIPs	Médio	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
5. Promover alternativas de geração de renda nas propriedades rurais	Promover capacitação em ferramentas que proporcione diversificação de renda: beneficiamento mínimo e processamento, turismo rural, produção de matérias-primas regionais	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura	SEBRAE, SENAR, SESI, ONGs e OSCIPs	Curto	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Incentivar projetos que visam utilização de produção de matérias-primas regionais, beneficiamento mínimo, turismo rural.	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura	SEBRAE, SENAR, SESI, ONGs e OSCIPs	Curto	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Capacitar nas normatizações e regulamentações para beneficiamento e processamento dos produtos agrícolas	CAE, CATI, ABAST, CT Agricultura, MAPA	SEBRAE, órgãos de defesa agropecuária (MAPA, CDA)	Curto	Periódico	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
6. Fortalecer a comercialização dos produtos agrícolas;	Criar espaço para a comercialização dos produtos das APAs, em local estratégico, favorecendo a venda direta	CT Agricultura, ABAST, CAE, Subprefeituras, DGD Sul, CATI	ONGs e OSCIPs	Curto	Pontual	Orçamento, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Identificar e cadastrar grandes consumidores de produtos agrícolas nas APAs	CT Agricultura, CAE, CT Turismo	--	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Promover encontro entre consumidores e produtores	CT Agricultura, CAE, CT Turismo	ONGs, OSCIPs e agricultores	Curto	Periódico	Fundos públicos e	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
						privados e iniciativa privada	
	Articular com redes de consumo justo, solidário e ecogastronomia	CT Agricultura, CT Turismo	ONGs, OSCIPs, associações, institutos e fundações	Curto	Periódico	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
7. Fortalecer a Câmara Técnica de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável das APA Capivari-Monos e Bororé Colônia, garantindo a participação dos agricultores na gestão da agricultura na APA;	Realizar encontros, seminários e eventos reunindo projetos e iniciativas em agricultura nas APAs.	CT Agricultura, CATI, SMA, MAPA, SVMA, SEAB e CT Turismo	ONGs, OSCIPs, associações, institutos e fundações	Médio	Periódico	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
	Buscar maior articulação com SMSP/ABAST, CATI, Programa de Agricultura Urbana, SMA (Guarapiranga Sustentável)	CT Agricultura, ABAST, CATI, SMA, CAE	ONGs, OSCIPs, associações, institutos e fundações	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Manter banco de dados georreferenciado e atualizado das unidades produtivas agrícolas nas APAs	CT Agricultura, ABAST, CATI	--	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Garantir acesso dos integrantes da CT ao banco de dados, exceto àqueles protegidos por lei.	CATI, ABAST, SVMA, Cons. Gestor APA-CM	--	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
8. Institucionalizar a Casa de Agricultura Ecológica	Criar do Convênio com CATI	SVMA, ABAST, CATI e CAE	--	Médio	Pontual	Orçamento	Alta
	Rever Plano Diretor, visando reenquadrar como	SVMA e PMSP	SMDU e SPPA	Curto	Pontual	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	zona rural a ZPDS, ZEPAG e ZEPAM nas APAS municipais						

2.2. TURISMO

Diretrizes:

- Adotar a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural como premissa para o desenvolvimento do turismo na APA;
- Privilegiar a inserção da comunidade local no desenvolvimento do turismo;
- Vincular a divulgação dos atrativos e serviços turísticos da APA ao fortalecimento da estrutura de receptivo;
- Integrar ecoturismo, turismo cultural, agroturismo, turismo de aventura e turismo educativo;
- Atuar de forma integrada com a APA Bororé-Colônia, o PESM, as Terras Indígenas e outras áreas protegidas, incluindo outros municípios.

Objetivos estratégicos:

1. Promover a regularização ambiental e urbanística dos empreendimentos turísticos, visando minimizar seus impactos sobre o ecossistema;
2. Ampliar e diversificar a oferta de atrativos e eventos culturais;
3. Estimular a adoção de medidas, tecnologias e práticas ambientalmente adequadas pelos serviços de alimentação e hospedagem nas APAs;
4. Implantar política e diretrizes de atração de investimentos turísticos por parte do setor privado, dentro dos princípios da sustentabilidade;
5. Incentivar o desenvolvimento do cicloturismo;
6. Incentivar o desenvolvimento do turismo de aventura;
7. Garantir a possibilidade de visitação turística aos portadores de deficiência e mobilidade reduzida;
8. Melhorar o aspecto cênico e paisagístico da APA;
9. Melhorar o acesso aos atrativos turísticos;
10. Promover a integração do Poder Público Estadual e Municipal, terceiro setor e iniciativa privada no planejamento, gestão e avaliação do turismo;
11. Incentivar a formalização e organização dos prestadores de serviços turísticos;
12. Criar um portal eletrônico para divulgar atrativos e serviços turísticos na APA;
13. Desenvolver o turismo educativo e cultural;
14. Apoiar o turismo nas terras indígenas;
15. Criar editais para projetos turísticos nas APAs.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Promover a regularização ambiental e urbanística dos empreendimentos turísticos, visando minimizar seus impactos sobre o ecossistema.	Levantar a situação dos empreendimentos turísticos na APA	SVMA, SPPA e CT Turismo	CETESB e SMDU	Curto	Periódico	Orçamento PMSP	Alta
	Promover palestras sobre licenciamento regularização ambiental e urbanística dos empreendimentos	SVMA, SPPA e CETESB	Associações locais, igrejas, PSF	Médio	Periódico	Orçamento PMSP, fundos públicos e privados	Alta
	Elaborar cartilha explicando os procedimentos para regularização dos empreendimentos	SVMA, SPPA, CETESB, SP Turis e CT Turismo	Instituto Manancial ONGs	Médio	Periódico	Orçamento PMSP, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Promover força tarefa para regularização ambiental e urbanística dos empreendimentos	SVMA, SPPA e CETESB	SMDU e SEHAB	Curto	Permanente	Orçamento PMSP	Alta
2. Ampliar e diversificar a oferta de atrativos e eventos culturais	Atualizar o inventário da oferta cultural da região	CT Turismo, SPPA e SMC	SP Turis, responsáveis pela organização de eventos	Médio	Periódico	Orçamento PMSP	Média
	Promover oficinas para sensibilização e capacitação de agentes culturais.	SMC	ONGs	Curto	Permanente	Orçamento PMSP, fundos públicos e privados	Média
	Fortalecer e consolidar o calendário de eventos	SVMA, SMC, CT Turismo e SP Turis	Organizadores de cada evento	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados	Média
	Apoiar, via fundos públicos e privados, a realização de eventos e produtos culturais.	SVMA e SMC	SPPA	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados	Alta
3. Estimular a	Identificar empreendedores	CT Turismo	SEBRAE e	Curto	Permanente	Orçamento	Média

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
adoção de medidas, tecnologias e práticas ambientalmente adequadas pelos serviços de alimentação e hospedagem nas APAs.	interessados em implantar novos serviços e em readequar os existentes		SPTuris			PMSP	
	Promover palestras sobre boas práticas em serviços de alimentação e hospedagem	CT Turismo, SVMA e COVISA	SEBRAE e SPTuris	Médio	Periódico	Orçamento PMSP, fundos públicos e privados	Média
	Promover cursos sobre boas práticas de higienização e manipulação de alimentos	CT Turismo e COVISA	SEBRAE	Médio	Periódico	Orçamento PMSP, fundos públicos e privados	Média
	Estimular a visitação mútua e a troca de experiências entre os empreendimentos dentro e fora da APA.	CT Turismo	Cons. Gestor APA CM	Médio	Periódico	Orçamento PMSP, iniciativa privada, fundos públicos e privados	Média
	Assessorar tecnicamente os novos empreendimentos turísticos.	CT Turismo	SEBRAE e SPTuris	Médio	Permanente	Orçamento PMSP, fundos públicos e privados	Média
4. Implantar política e diretrizes de atração de investimentos turísticos por parte do setor privado, dentro dos princípios da sustentabilidade	Elaboração de publicação com dados sobre a região, voltado ao empreendedor privado.	SPTuris, Cons. Gestor APA CM e SETUR	SVMA, SEBRAE, iniciativa privada	Longo	Periódico	Fundos públicos e privados	Média
5. Incentivar o desenvolvimento do cicloturismo	Realizar mapeamento das ciclotrilhas existentes e potenciais	CT Turismo	ONGs ligadas ao ciclismo e ciclistas locais	Médio--	Pontual	Orçamento PMSP, fundos públicos e	Médio

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
						privados	
	Visitar destinos cicloturisticos para conhecer seu funcionamento e potencialidades	CT Turismo	ONGs ligadas ao turismo	Médio	Periódico	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Médio
	Estabelecer parcerias com organizações voltadas ao cicloturismo	CT Turismo	ABETA, SEME e SPPA	Médio	Permanente	Iniciativa privada	Médio
	Viabilizar ciclovias atravessando as APAs Capivari-Monos e Bororé Colônia, ao longo do ramal existente da ferrovia, integrando a estação Varginha da CPTM ao Pólo Ecoturístico de Evangelista de Souza	SPPA, SPCS, CPTM, ALL, SPTuris, SVMA, SIURB e Cons. Gestor APA BC	SEME, ONGs ligadas ao ciclismo e SMT	Médio	Pontual	Orçamento PMSP, fundos públicos e privados e compensações ambientais	Médio
6. Incentivar o desenvolvimento do turismo de aventura	Identificar áreas potenciais para as diferentes modalidades de turismo de aventura	SPTuris, AECOTUR, SPPA e SVMA	ABETA e operadoras de aventura	Médio	Periódico	Orçamento PMSP, fundos públicos e privados	Média
	Analisar os impactos positivos e negativos da realização das diferentes modalidades nos locais identificados	SVMA	Universidades	Médio	Periódico	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
	Fomentar as atividades que aliem baixo impacto ambiental a impactos e alto retorno social	SPTuris, AECOTUR, ABETA e SEBRAE	Operadoras de turismo de aventura	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
	Capacitar os monitores e empreendedores locais	SP Turis, AECOTUR, ABETA	Operadoras de turismo de aventura	Médio	Periódico	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Vetar esportes motorizados na APA, tais como rallies de jeep, carros, motos, quadriciclos, entre outros	SVMA e Cons. Gestor APA CM	SPPA e GCM Ambiental	Curto	Permanente	Orçamento PMSP	Alta
7. Garantir a possibilidade de visitação turística aos portadores de deficiência e mobilidade reduzida, terceira idade	Assessorar tecnicamente os empreendedores interessados em adaptar seus empreendimentos	CT Turismo, SP Turis, SMPED e SMT	SMPED, SMAD e SMT	Médio	Permanente	Orçamento PMSP e iniciativa privada	Alta
	Implantar mapas, totens e placas em braile em locais estratégicos da APA.	SVMA e SPPA	SMPED e iniciativa privada	Médio	Pontual	Orçamento, compensações ambientais e iniciativa privada	Média
	Implantar estruturas e trilhas adaptadas nos atrativos situados em áreas públicas no interior da APA	SVMA	SPPA	Médio	Pontual	Orçamento PMSP e compensações ambientais	Média
8. Melhorar o aspecto cênico e paisagístico da APA	Elaborar projeto paisagístico para a arborização e ajardinamentos das estradas, praças e logradouros da APA, em parceria com produtores de mudas ornamentais e viveiristas, submetendo-o à aprovação do Conselho Gestor	SVMA, IPHAN/SMC, SPPA, CT Turismo, CT Agricultura, produtores e viveiristas locais	Produtores locais, iniciativa privada e universidades	Curto	Pontual	Fundos públicos e privados	Alta
	Implantar o projeto aprovado pelo Conselho, adquirindo as plantas de produtores locais	SPPA, SVMA, empresários locais	Produtores locais e iniciativa privada	Médio	Pontual	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Estabelecer termos de cooperação com empresas para manutenção das áreas ajardinadas.	SPPA e empresários locais.	Produtores locais e iniciativa privada	Médio	Permanente	Iniciativa privada	Alta
9. Melhorar o	Fazer o diagnóstico da situação	SPPA, SVMA, CT	Empreendedores	Médio	Permanente	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
acesso aos atrativos turísticos	do acesso aos atrativos naturais da APA	Turismo e CT Infraestrutura e Saneamento	locais			PMSP, fundos públicos e privados	
	Implantar as melhorias e adequações necessárias, em consonância com o Plano de Manutenção de Estradas da APA. (programa 5.2)	SPPA	SVMA e iniciativa privada	Médio	Permanente	Orçamento PMSP e iniciativa privada	Alta
	Estabelecer termos de cooperação para manutenção dos acessos pelos empresários locais.	SPPA, CT Turismo e empresários locais	Iniciativa privada	Médio	Permanente	Iniciativa privada	Alta
	Condicionar a melhoria do acesso à Cachoeira da Usina à instalação de estrutura e normatização da visitação da área pelo Parque Estadual da Serra do Mar, bem como à criação e operação do Pólo Ecoturístico de Evangelista de Souza.	FF e Cons. Gestor NC do PESH	CT Turismo e SPPA	Curto	Permanente	Orçamento PMSP	Alta
	Planejamento dos transportes públicos da região, inclusive o escolar	SSPA, SPTrans, SME	Associações locais	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados	Alta
10. Promover a integração do Poder Público Estadual e Municipal, terceiro setor e iniciativa privada no planejamento,	Delimitar as responsabilidades e atribuições de cada agente envolvido	SPTURIS, CT Turismo, SPPA e SVMA	SEBRAE, ONGs e empreendedores	Curto	Pontual	Fundos públicos e privados	Alta
	Promover seminários periódicos e workshops de apresentação das ações e resultados	CT Turismo e SPTURIS	SEBRAE, ONGs e empreendedores	Curto	Periódico	Fundos públicos e privados	Alta
	Acompanhar e monitorar os	CT Turismo e	SEBRAE, ONGs e	Médio	Permanente	Fundos públicos	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
gestão e avaliação do turismo.	projetos realizados	Cons. Gestor APA CM	empreendedores			e privados	
	Incentivar a participação da Câmara Técnica de Turismo em feiras e eventos	CT Turismo e Cons. Gestor APA CM	SEBRAE, ONGs e empreendedores	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados	Média
11. Incentivar a formalização e organização dos prestadores de serviços turísticos	Orientar/ capacitar e assessorar quanto à formalização legal da atividade turística	SP Turis, CT Turismo e SPPA	SEBRAE	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados	Alta
	Criar um voucher para visitação da área para agência de receptivo	SP Turis e CT Turismo	SEBRAE	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados	Média
	Incentivar o associativismo entre os prestadores de serviços turísticos	CT Turismo	SEBRAE	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados	Média
	Capacitar dos prestadores de serviços turísticos	SPTuris, MT, CT Turismo	SEBRAE	Médio	Periódico	Fundos públicos e privados	Média
12. Criar um portal eletrônico para divulgar atrativos e serviços turísticos na APA	Cadastrar atrativos, produtos e serviços	SPTuris, CT Turismo	CT Turismo	Médio	Periódico	Iniciativa privada	Alta
	Definir normas e responsáveis pelo funcionamento e gestão do portal, para aprovação do Conselho Gestor	SPTuris, CT Turismo, Cons. Gestor APA CM	AMTEP	Médio	Permanente	Iniciativa privada	Alta
	Criar banco de imagens	SPTuris e CT Turismo	AMTEP	Médio	Permanente	Iniciativa privada	Alta
	Divulgar o Portal	CT Turismo	SP Turis e AMTEP	Curto	Permanente	Iniciativa privada	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
13. Desenvolver o turismo educativo e cultural	Implantar o projeto Turismo na Escola	SME, SEE, CT Turismo e SVMA	ONGs	Curto	Permanente	--	--
14. Apoiar o turismo nas terras indígenas	Apoiar a visitação turística nas Terras Indígenas	Associações Guarani, CT Turismo e FUNAI	ONGs	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados	Alta
15. Criar editais para projetos turísticos nas APAs	Elaborar de projetos visando roteiros turísticos	SPTuris e CT Turismo	ONGs e Cons. Gestor APA CM	Curto	Periódico	Fundos públicos e privados	Alta

2.3. ARTESANATO E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Este subprograma propõe a promoção do artesanato e das manifestações culturais como maneiras de efetivar o desenvolvimento econômico da região mantendo suas características ambientais e culturais.

O artesanato paulista tem como principal característica a heterogeneidade. Esse aspecto é resultado da diversidade cultural dos grupos que ocuparam e continuam ocupando a cidade. Das diferentes culturas que aqui se estabeleceram e se relacionaram nasceu uma prática artesanal extremamente diversa, que continua a receber influências, sofrer mutações e buscar novas formas de produzir.

Os produtos artesanais feitos não só em São Paulo como em todo Brasil são divididos em três categorias: trabalhos manuais, arte popular e artesanato. O que os diferencia, além das técnicas que tanto podem ser de amplo conhecimento como também resultado de práticas e saberes estritamente locais, é a matéria-prima. Os trabalhos manuais são confeccionados com matéria-prima exógena ao processo de produção, enquanto que no artesanato todas as etapas, desde a extração e/ou confecção da matéria-prima até o produto final são executadas pelo mesmo artesão; entre esses dois tipos de produção está a arte popular.

Diretrizes:

- Adotar a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural como premissa para o desenvolvimento da produção artesanal na APA;
- Associar o artesanato à perspectiva do desenvolvimento econômico da região;
- Privilegiar e garantir a autonomia e o destaque da comunidade na geração de renda;
- Promover a preservação das manifestações culturais da região aliada ao desenvolvimento econômico, sem a perda de suas características;
- Promover a educação como ferramenta de incentivo e continuidade das práticas culturais da região.

Objetivos estratégicos:

1. Desenvolver as atividades artesanais de maneira sustentável;
2. Divulgar os trabalhos de artesanato da região;
3. Identificar e promover as manifestações do patrimônio cultural existentes na região.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Desenvolver as atividades artesanais de maneira sustentável ⁴⁵	Desenvolver plantios e manejo das espécies vegetais utilizadas na confecção do artesanato tradicional Guarani	CATI, ABAST, Cons. Gestor APA CM e CT Agricultura	SPPA, SVMA, SMC	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Realizar oficinas e cursos de capacitação para formação e aprimoramento nas práticas artesanais já existentes.	SPPA e SMC	SUTACO, SPP e SEBRAE	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados e orçamento	Média
	Buscar novas formas de produção artesanal com os recursos da APA, com vistas a imprimir-lhes uma marca.	SPPA, associações e ONGs locais de artesãos e Cons. Gestor APA CM	SMC, SEBRAE e SPP	Médio	Periódico	Fundos públicos e privados, editais e orçamento	Média
	Identificar e promover os elementos característicos da produção artesanal da região.	SMC, SPPA e Cons. Gestor APA CM	CT Turismo e SEBRAE	Curto	Periódico	Fundos públicos e privados e orçamento	Média
2. Divulgar os trabalhos de artesanato da região e manifestações culturais	Desenvolver uma forma de organização participativa para a comercialização dos produtos.	SPPA	ArtSol, SUTACO, SEBRAE, Agenda 21 e SPP	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados e orçamento	Alta
	Realizar a formação em	Agenda 21 e	ArtSol, SPP e	Médio	Periódico	Fundos	Alta

⁴⁵ A Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), autarquia da Secretaria do Emprego e Relações de trabalho do Governo do Estado de São Paulo tem como atribuição promover oportunidades de geração de renda e emprego para os artesãos paulistas. A entidade é responsável pelo desenvolvimento do PAB – Programa do Artesanato Brasileiro, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – no território paulista. Para tanto, cadastra, comercializa, financia, divulga e oferece cursos aos artesãos de São Paulo. Os pesquisadores do tema dividem o artesanato em três categorias: trabalhos manuais, arte popular e artesanato. O artesanato paulista é identificado como um dos mais heterogêneos do país, reflexo das inúmeras influências culturais. Essa característica também está presente em diversas outras expressões de sua cultura, como a culinária e a linguagem. Por tudo isso, apresenta uma importante riqueza. Todas as categorias de artesanato estão contempladas nos programas públicos.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Economia Solidária, atentando para a valorização e promoção dos elementos culturais da região.	SVMA	SEBRAE			públicos e privados, Orçamento e iniciativa privada	
	Buscar parcerias e oportunidades para expor os produtos artesanais da APA em feiras e eventos do setor.	SPPA e SVMA	SPP, SEBRAE e ArtSol	Curto	Permanente	Iniciativa privada e orçamento	Alta
	Buscar articulação a redes de comércio solidário.	SPPA, Agenda 21 e SVMA	MC, SPP e ArtSol	Médio	Permanente	Iniciativa privada e orçamento	Alta
	Buscar e efetivar parcerias institucionais e/ou financiamentos por meio de leis de incentivo, editais públicos ou privados, concursos e fundos de financiamento com vistas a promover os produtos artesanais da região ⁴⁶ .	SPPA, associações e SMC	IPHAN, MC, SEBRAE, SPP	Curto	Permanente	Orçamento, editais, fundos públicos e privados	Alta
	Divulgar e promover as manifestações culturais e o artesanato da região através dos órgãos da imprensa municipal	SPPA, SMC, SVMA e SME	ArtSol	Curto	Permanente	Orçamento	Média
	Criar selo APA para os produtos artesanais da região.	SVMA	SEBRAE, Cons. Gestor da APA CM	Longo	Permanente	Orçamento	Média

⁴⁶ O ArtSol (Artesanato Solidário) é uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) voltado para a valorização do artesanato brasileiro como expressão da cultura. Configura-se como um Pontão de Cultura, ou seja, articula diversos Pontos de Cultura e associações/cooperativas relacionados à produção artesanal local. Os Pontos são editais do Ministério de Cultura para o financiamento e promoção da cultura brasileira, através inclusive da educação.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
3. Identificar e promover as manifestações do patrimônio cultural existentes na região	Reconhecer as práticas identificadas no Inventário de Referências Culturais realizado na região ⁴⁷ e viabilizar economicamente sua preservação.	SPPA e SMC	MC e universidade	Médio	Permanente/periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	Média
	Promover as práticas culturais das comunidades guaranis da APA, dentro da perspectiva por elas almejada e respeitando suas temporalidades, através do fomento de suas artes, saberes e fazeres.	SPPA, SMC, associação Krukutu Iaporã, Tenonbé Porã, SVMA, Cons. Gestor APA – CM e AECOTUR	SEBRAE, MMA, MDS, Carteira Indígena, FUNAI, Filomena, SPP, CTI, AECOTUR, universidades, escolas	Curto	Permanente	Carteira Indígena, FEMA, MC, MMA, MDA, MDS, FUNAI e PAC	Alta

⁴⁷ O Inventário de Referências Culturais é uma metodologia empregada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no reconhecimento de manifestações culturais. É a etapa inicial no trabalho de registro do patrimônio imaterial. Ainda que o reconhecimento pelo registro seja parte de um trabalho voltado especificamente ao patrimônio histórico-cultural, o Inventário adota conceitos e métodos que possibilitam a condução pós-reconhecimento para diversos outros campos.

3. PROTEÇÃO

O programa de proteção divide-se em dois subprogramas, com objetivos e estratégias bastante diversas: fiscalização e monitoramento, voltado à minimização dos impactos das atividades antrópicas sobre os recursos naturais, e proteção ao patrimônio histórico.

3.1. FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

Este subprograma parte do que já existe hoje: a fiscalização ambiental é exercida tanto pelo Estado como pela Prefeitura, de forma relativamente integrada. Ao nível da Área de Proteção aos Mananciais como um todo, várias instâncias de fiscalização e monitoramento integradas já foram criadas.

Na década de 90 foi estruturada a primeira instância e fiscalização integrada entre o Estado e a Prefeitura, o Sistema de Fiscalização Integrada SOS Mananciais. Baseado em fiscalização preventiva, através de rondas periódicas, e no atendimento a denúncias, o SOS agregava várias secretarias municipais e estaduais, a Polícia Ambiental, a SABESP e a Eletropaulo. O SOS não contava com o arcabouço tecnológico representado pelas modernas tecnologias de geoprocessamento e sensoriamento remoto, nem tampouco com o instrumental legal dado pela Lei de Crimes Ambientais. Apesar disso, é considerado uma referência na fiscalização integrada. Foi um importante marco da presença do poder público na área, e como tal fundamental para a contenção da abertura de novos loteamentos irregulares.

O SOS deixou como legado um acervo de conhecimentos sobre o território onde se insere a APA, tendo contribuído muito para inserir na agenda das políticas públicas uma região até então desconhecida, em especial da Prefeitura, que lá não tinha quase nenhuma atuação. A proposta de criação da APA foi, em grande medida, decorrência do trabalho do SOS, e partiu inicialmente de seu corpo técnico.

Atualmente a fiscalização integrada nas áreas de proteção aos mananciais é feita pela Operação Defesa das Águas. Coordenada pela Prefeitura, ele inclui a SVMA, Subprefeituras, Guarda Civil Metropolitana, SMA e Sabesp entre outros. Priorizando a contenção da ocupação urbana, de forma ostensiva, atuando através de perímetros de congelamento, continuamente monitorados como foi abordado em capítulo específico do diagnóstico socioambiental que integra este Plano de Manejo. Entretanto, no que tange à fiscalização preventiva, em especial nas áreas mais remotas, a Operação Defesa das Águas não tem sido eficaz. A contenção dos crimes contra a biodiversidade, prioritária na APA, não é o foco da Operação.

Os desafios da Câmara Técnica de Fiscalização e Monitoramento, à qual cabe implementar o programa, são muitos, conforme apontam as diretrizes e objetivos estratégicos. Tornar o território da APA prioritário para as instâncias de fiscalização integrada – como a Operação Defesa das Águas ou qualquer outra que a venha a suceder – é talvez o principal deles.

Diretrizes:

- Monitorar continuamente o território da APA;
- Atuar de forma preventiva, corretiva e educativa;

- Atuar de forma integrada potencializando esforços e recursos e respeitando as diferentes competências;
- Atuar de forma integrada com a comunidade.

Objetivos estratégicos:

1. Monitorar o território da APA Capivari-Monos;
2. Fortalecer a integração dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental;
3. Fortalecer a atuação da Guarda Civil Metropolitana;
4. Aproximar a gestão da APA do Ministério Público;
5. Monitorar licenciamentos concedidos e em andamento;
6. Atuar de forma preventiva e educativa;
7. Potencializar a utilização de recursos advindos da fiscalização no território da APA;
8. Fortalecer a segurança pública na APA e entorno;
9. Melhorar a fiscalização nas divisas municipais.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais Parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Monitorar o território da APA Capivari-Monos	Realizar sobrevôos periódicos	SVMA e GCM	Convênio Rodoanel/ DERSA com SMA, PA e ODA	Curto	Permanente	Orçamento e compensações ambientais	Alta
	Monitorar alterações no uso e ocupação do solo através de imagens de satélite de alta resolução (anual)	SVMA	SMA e CBRN	Médio	Permanente	Orçamento e compensações ambientais	Alta
	Retomar o monitoramento da qualidade dos cursos d'água, no mínimo nos 12 pontos anteriormente monitorados pela SABESP	SVMA, SABESP e CT Monitoramento e Fiscalização	Universidades da região através de convênios	Médio	Permanente	Orçamento, compensações ambientais e fundos públicos e privados	Média
	Monitorar o aumento da população da APA utilizando os dados do Programa de Saúde da Família, organizados por microáreas	SVMA e PSF	SMS e prefeituras limítrofes da APA	Médio	Periódico	Orçamento	Média
2. Fortalecer a integração dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental	Fortalecer representação do Conselho Gestor junto à Operação Defesa das Águas	Cons. Gestor APA CM	PA, CBRN-NPP e GFI e ODA	Médio	Permanente	Orçamento	Alta
	Criar banco de dados georreferenciado das infrações ambientais na APA, integrando informações dos diferentes órgãos	DGD Sul CBRN, PA, GCM, SPPA	ODA, ONGs e universidades	Médio	Permanente	Orçamento	Alta
	Intensificar a atuação da Polícia Ambiental na APA e do CTRM (Núcleos de	SMA e PA	Cons. Gestor APA CM e CT Monitoramento	Curto	Permanente	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais Parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	fiscalização e monitoramento) da SMA		e Fiscalização				
	Articular com a Polícia Civil a fim de desenvolver ações estratégicas e de inteligência	CT Monitoramento e Fiscalização e DGD Sul	CONSEG e ODA	Médio	Permanente	Orçamento	Média
3. Fortalecer a atuação da GCM Ambiental na APA.	Manter e equipar a Base Ambiental da GCM na Barragem	SMSU e SVMA	SMA e EMAE	Médio	Permanente	Orçamento e compensações ambientais	Média
	Retomar a Base Ambiental de Evangelista de Souza, como parte do Pólo Ecoturístico de Evangelista de Souza	SMSU e SVMA	SMC, IPHAN, SMA, ALL	Médio	Pontual	Orçamento e compensações ambientais	Alta
	Instalar uma Base Ambiental da GCM na bacia hidrográfica do Capivari, aproveitando as construções existentes na Estação Elevatória da SABESP	SMSU, SVMA e SABESP	Cons. Gestor APA CM e iniciativa privada	Médio	Pontual	Orçamento, compensações ambientais e fundos públicos e privados	Média
	Instalar uma Base Ambiental da GCM na bacia hidrográfica da Guarapiranga, preferencialmente na região do Gramado	SMSU e SVMA	Cons. Gestor APA CM e iniciativa privada	Médio	Pontual	Orçamento, compensações ambientais e fundos públicos e privados	Média
	Estudar a possibilidade da GCM Ambiental aplicar multas ambientais	SMSU e SVMA	--	Longo	Pontual	Orçamento	Média
4. Aproximar a gestão da APA do	Articular reuniões com Ministério Público Federal e	Cons. Gestor APA CM e CT	Ministério Público	Longo	Permanente	Orçamento	Média

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais Parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
Ministério Público	Estadual	Monitoramento e Fiscalização					
5. Monitorar licenciamentos concedidos e em andamento	Levantar informações sobre licenciamentos concedidos e em andamento nas diferentes instâncias estaduais, federais e municipais	DECONT e CETESB	CETESB, IBAMA, FF, prefeituras de municípios limítrofes da APA	Médio	Permanente	Orçamento	Alta
	Criar banco de dados georreferenciado e integrado dos licenciamentos	DEPAVE 8, DECONT e SPPA	SMA (SIGAM/GEO), CETESB	Médio	Periódico	Orçamento	Alta
	Desenhar e padronizar fluxo dos licenciamentos conforme atribuições e competências dos diferentes órgãos	DEPAVE 8, DECONT, SPPA, SPCS, CETESB e DAEE	CETESB, DAEE, DEPAVE 8, DECONT e subprefeituras	Médio	Pontual	Orçamento	Alta
6. Atuar de forma preventiva e educativa	Elaborar e distribuir folhetos informativos referente às atividades permitidas e proibidas na APA	Cons. Gestor APA CM e DEPAVE 8	ONGs, escolas, SPPA, SPCS, SMA, universidades, GCM e PA	Médio	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Elaborar e distribuir cartazes referentes às atividades permitidas e proibidas na APA.	Cons. Gestor APA CM e DEPAVE 8	ONGs, escolas, subprefeituras, SMA, universidades, GCM, polícia ambiental	Médio	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais Parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Realizar palestras com professores líderes comunitários e agentes de saúde	Cons. Gestor APA CM e DEPAVE 8	Universidades, ONGs, associações da sociedade civil, SPPA e SPCS	Médio	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Média
	Publicar periodicamente nos jornais da região matérias referentes às atividades permitidas e proibidas na APA	SPPA, SPCS e Cons. Gestor APA CM	ONGs, iniciativa privada e jornais da região	Médio	Periódico	Orçamento e iniciativa privada	Média
7. Potencializar a utilização de recursos advindos da fiscalização no território da APA	Articular para que DEPAVE 8 possa opinar a respeito de Termos de Ajustamento de Conduta oriundos de infrações ambientais cometidas na APA	SVMA, DEPAVE 8, DECONT e DGD Sul	SMA/TCRA	Médio	Periódico	Orçamento	Média
	Definir critérios para definir os casos em que DEPAVE 8 deva ouvir o Conselho Gestor a respeito dos Termos de Ajustamento de Conduta oriundos de infrações ambientais cometidas na APA.*	Cons. Gestor APA CM, SVMA, DUC, DPP e FEMA	--	Médio	Periódico	Orçamento	Média
	Articular para que os recursos provenientes de termos de ajustamento de conduta oriundos de infrações ambientais cometidas na APA sejam aplicados nas ações elencadas neste Plano de	SVMA, Cons. Gestor APA CM, DPP e FEMA	--	Curto	Permanente	Orçamento	Alta

infrações ambientais cometidas na APA sejam aplicados nas ações elencadas neste Plano de

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais Parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Manejo						
	Garantir que os recursos oriundos de compensações ambientais geradas pelo licenciamento ambiental de empreendimentos que impactem a APA sejam aplicados nas ações elencadas neste Plano de Manejo.	SVMA e Cons. Gestor APA CM	CETESB, IBAMA e prefeituras dos municípios limítrofes da APA	Médio	Permanente	Orçamento e compensações ambientais	Alta
8. Fortalecer a segurança pública na APA e entorno	Articular CONSEG e Conselho Gestor da APA	Cons. Gestor APA CM e CONSEG	SMSU	Médio	Periódico	Orçamento	Média
	Implantar a Ronda Rural da Polícia Militar no território da APA	CT Fiscalização e Monitoramento, PM e PA	SMA	Longo	Permanente	Orçamento e compensações ambientais	Alta
9. Melhorar a fiscalização nas divisas municipais	Articular ações integradas com o Município de Embu Guaçu e com o NFM1 (Embu das Artes) e SMA	SVMA. CT Fiscalização e Monitoramento, SPPA e SMA	Prefeitura de Embu Guaçu e ODA	Médio	Periódico	Orçamento	Alta
	Articular ações integradas com o Município de São Bernardo do Campo e com o NFM3 (São Bernardo do Campo) e SMA	SVMA. CT Fiscalização e Monitoramento, SPPA e SMA	Prefeitura de Embu Guaçu e ODA	Médio	Periódico	Orçamento	Alta
10. Adotar medidas para o cumprimento do inciso II do artigo 6 da Lei 13.136/2001, referente às	Mapear e identificar as fábricas de blocos existentes na APA	DEPAVE 8 e SPPA	PA, GCM ambiental, ODA	Médio	Permanente	Orçamento	Alta
	Promover ações de fiscalização visando à regularização das fábricas	CETESB, DECONT e SPPA	PA, GCM ambiental e NF	Médio	Permanente	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais Parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
fábricas de blocos	de blocos anteriores à criação da APA e o fechamento das demais.						

3.2. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Este subprograma tem por objetivo promover a preservação dos bens considerados patrimônio histórico e cultural da região. Tais bens não correspondem apenas àqueles protegidos por Lei (como os bens tombados ou em processo de tombamento definidos por serem identificados como ZEPEC – Zona Especial de Preservação Cultural na elaboração do Plano Regional Estratégico de Parelheiros, de acordo com a Legislação referente ao Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo ou aqueles que tiveram processo de tombamento aberto de forma independente de legislação urbanística), mas também os bens materiais e as manifestações culturais ainda não inventariados.

Prevê também a articulação da preservação do patrimônio às demais ações previstas para o desenvolvimento da região da APA. Entre os bens protegidos, por exemplo, está a Estação e Vila Ferroviária Evangelista de Souza, cuja restauração e revitalização faz parte do Pólo Ecoturístico de Evangelista de Souza, previsto no Plano Regional Estratégico de Parelheiros. A implantação do Pólo é um Projeto Estratégico deste Plano de Manejo.

Diretrizes:

- Privilegiar a inserção da comunidade local na proteção do patrimônio;
- Efetivar a preservação dos bens culturais da região levando em conta a manutenção de usos para os mesmos;
- Promover a preservação dos bens da região de maneira não onerosa para seus proprietários;
- Promover a socialização do conhecimento sobre os bens da região;
- Promover a gestão compartilhada e participativa do patrimônio.

Objetivos estratégicos:

1. Proteger os bens materiais tombados ou em processo de tombamento;
2. Promover a proteção dos bens materiais de interesse histórico e/ou arquitetônico ainda não protegidos pela legislação;
3. Proteger as manifestações do patrimônio imaterial.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Proteger os bens materiais tombados ou em processo de tombamento	Realizar pesquisas, especialmente de caráter histórico e arquitetônico, sobre os bens protegidos, a fim de aprofundar o conhecimento sobre os mesmos e embasar as ferramentas para sua preservação.	SMC	Universidades, IPHAN, SPPA e SVMA	Curto	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Buscar e efetivar parcerias institucionais e/ou financiamentos por meio de leis de incentivo, editais públicos ou privados, concursos e fundos de financiamento com vistas a promover a efetiva preservação dos bens históricos e culturais.	SMC, Cons. Gestor APA CM e SPPA	SVMA, ONGs e empresários	Médio	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Aliar os programas de turismo de forma a propiciar a sustentabilidade física dos bens históricos e culturais e viabilizar economicamente sua preservação.	SMC e CT Turismo	SPTuris, CADES regionais	Curto	Permanente	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
	Viabilizar a implantação de programas de Educação Patrimonial nas escolas da região e em outros pontos de referência para a comunidade.	SMC e CT Gestão Socioambiental	SME, Agenda 21, ONGs, lideranças locais, SVMA e DGD Sul	Curto	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Promover oficinas para sensibilização e capacitação de agentes culturais, que atuarão como formadores no trabalho de preservação dos bens protegidos.	SMC e CT Gestão Socioambiental	SPPA, SVMA, ONGs, associações e lideranças locais	Curto	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e editais	Alta
	Promover a realização do diagnóstico da situação física atual dos bens protegidos.	SMC	SPPA e SVMA	Curto	Permanente	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
2. Promover a proteção dos bens materiais de interesse histórico e/ou arquitetônico ainda não protegidos pela legislação	Realizar o IGE PAC (Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano) da região, efetuado de maneira participativa e paritária, com levantamento dos bens de interesse histórico, arquitetônico e cultural ⁴⁸ .	SMC	IPHAN, SPPA, ONGs, associações, lideranças locais e universidades	Médio	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e editais	Média
	Viabilizar a implantação de programas de Educação Patrimonial nas escolas da região e em outros pontos de referência para a comunidade.	SMC e CT Gestão Socioambiental	SME, Agenda 21, ONGs, lideranças locais e SVMA	Curto	Permanente	Orçamento, editais, fundos públicos e privados	Alta
	Realizar pesquisas, especialmente de caráter histórico e arquitetônico, sobre os bens ainda não protegidos, a fim de aprofundar o conhecimento sobre os mesmos, justificar sua proteção e embasar as ferramentas para sua preservação.	SMC	Universidades, IPHAN, SPPA e SVMA	Curto	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados e editais	Média
	Buscar e efetivar parcerias institucionais e/ou financiamentos por meio de leis de incentivo, editais públicos ou privados, concursos e fundos de financiamento com vistas a promover a efetiva preservação dos bens históricos e culturais.	SMC, Conselho Gestor e SPPA	SVMA, ONGs, associações, lideranças locais e empresários	Médio	Permanente	Editais, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Média
	Aliar os programas de turismo de forma a propiciar a sustentabilidade física dos bens históricos e culturais e viabilizar economicamente sua preservação.	SMC, CT Turismo	SPTuris e CADES regional	Curto	Permanente	Iniciativa privada, editais e fundos	Alta

⁴⁸ O IGE PAC é a metodologia mais usualmente empregada para a identificação de bens materiais de interesse histórico e/ou arquitetônico. O levantamento e registro dos bens, para posterior proteção, é realizado pelo poder público, mas também pode ser feito em conjunto com a população local. Dessa forma, a comunidade participa da construção de sua história e da eleição de seus lugares de memória.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
						públicos e privados	
	Promover oficinas para sensibilização e capacitação de agentes culturais, que atuarão como formadores no trabalho de preservação dos bens protegidos.	SMC e CT Gestão Socioambiental	SPPA, SVMA, ONGs, associações e lideranças locais	Curto	Permanente	Orçamento	Média
3. Proteger as manifestações do patrimônio imaterial ⁴⁹	Realizar o Inventário de Referências Culturais da região, efetuado de maneira participativa e paritária, com levantamento das manifestações culturais de interesse para preservação	SMC	IPHAN, SPPA, ONGs, associações e lideranças locais, universidades	Médio	Permanente	Orçamento e editais	Média
	Viabilizar a implantação de programas de Educação Patrimonial nas escolas da região e em outros pontos de referência para a comunidade.	SMC e CT Gestão Socioambiental	SPPA, SVMA, ONGs, associações e lideranças locais, SME, Agenda 21	Curto	Permanente	Orçamento, editais, fundos públicos e privados	Alta
	Realizar pesquisas sobre as manifestações culturais da região, a fim de aprofundar o conhecimento sobre as mesmas, justificar sua proteção e registro e embasar as ferramentas para sua preservação.	SMC	SPPA, universidades, IPHAN e SVMA	Curto	Permanente	Orçamento e editais	Média
	Aliar os programas de turismo de forma a propiciar a sustentabilidade das práticas culturais da região e viabilizar economicamente sua preservação.	Cons. Gestor APA CM, CT Turismo e SMC	SPTuris, ONGs, associações e lideranças locais	Curto	Permanente	Orçamento, editais e iniciativa privada	Alta
	Criar mecanismos financeiros para	SMC, SVMA e	ONGs locais	Curto	Permanente	Fundos	Alta

⁴⁹ A Lei Municipal nº14.406/2007 institucionalizou o registro de bens culturais de natureza imaterial na cidade de São Paulo. Assim como o Decreto Federal 3.551/2000, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criou quatro livros de registro e propôs medidas de salvaguarda para os saberes, celebrações, formas de expressão e sítios e espaços identificados no Inventário de Referências Culturais.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	manutenção das manifestações culturais da região (elaboração de projetos)	SPPA				públicos e privados, orçamento e iniciativa privada	

4. PESQUISA CIENTÍFICA

A pesquisa científica desenvolvida na APA Capivari-Monos ainda é muito tímida tendo em vista a integridade biológica de sua área e a diversidade socioeconômica do território. As pesquisas que acontecem, a maioria realizada por estudantes de graduação e pós-graduação, nem sempre chegam ao conhecimento da SVMA e do Conselho Gestor.

A Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário Municipal (DEPAVE-8) é frequentemente procurada por estudantes em busca de informações sobre a APA para desenvolver suas pesquisas. Quando isso ocorre, os técnicos procuram orientar e fornecer, quando possível, as informações disponíveis⁵⁰. Ainda assim, boa parte dos trabalhos de pesquisa que chegam à SVMA não tem aplicabilidade à gestão.

Consequentemente existem lacunas de conhecimento significativas acerca da APA, as quais limitam as possibilidades e o alcance da gestão. Trata-se de uma limitação freqüente nas Unidades de Conservação, fazendo com que as tomadas de decisões e o estabelecimento de ações de manejo sejam feitos sem o devido respaldo científico.

Com o intuito de reduzir esta limitação, este Programa de Pesquisa tem como diretriz aprofundar os conhecimentos existentes sobre a APA, aproximando a pesquisa científica do processo de gestão, possibilitando que as principais ações de manejo da unidade sejam cientificamente embasadas. Para tanto, é necessário aproximar as universidades e as instituições de fomento à pesquisa, do processo de gestão da APA, o que pode ser feito através da divulgação do potencial da unidade para o desenvolvimento de programas de estudos científicos.

Embora necessário e desejável, o simples incremento de pesquisas científicas na unidade é insuficiente. É importante que as pesquisas atendam os temas necessários ao manejo.

Foram elencadas, sob a coordenação de DEPAVE-8 e com a participação de técnicos dos demais departamentos da SVMA e de outras secretarias municipais, bem como de alguns pesquisadores convidados, as linhas de pesquisa mais relevantes para a gestão da unidade.

⁵⁰ O que nem sempre é possível pois, até a elaboração e publicação deste Plano de Manejo, os dados e informações sobre a APA estavam dispersos e desatualizados.

Temas importantes ao Desenvolvimento de Pesquisa na APA Capivari-Monos

TEMAS	Ambiental		Socioambiental			
	Meio Físico	Biodiversidade	Manejo Ambiental	Socioeconomia	Patrimônio Histórico e Cultural	Políticas Públicas e Legislação
SUBTEMAS	Recursos Hídricos	Levantamento, Distribuição Ecológica e Mapeamento das espécies	Manejo e controle de espécies exóticas e invasoras	Sociologia Rural	Levantamento de patrimônios históricos-culturais	Sistemas participativos
	Geomorfologia	Fenologia e Fitossociologia	Recuperação de áreas degradadas	Sociologia Urbana	Histórico da ocupação humana do território	Levantamento fundiário
	Geotecnia	Ecologia e Dinâmica de Populações, Comunidades e da Paisagem	Conservação de água e solo	Antropologia	Bens materiais de interesse histórico e/ou arquitetônico	
	Pedologia	Biologia comportamental	Despoluição e descontaminação	Etnobiologia	Manifestações culturais, práticas e saberes locais	
	Hidrogeomorfologia		Reintrodução de espécies	Agricultura sustentável		
	Climatologia		Fragilidade Ambiental	Extrativismo sustentável		
	Geologia estrutural		Monitoramento de variáveis indicadoras de conservação	Ecoturismo		
	Patrimônio Geológico			Cooperativismo (incubadoras)		

TEMAS	Ambiental		Socioambiental			
	Meio Físico	Biodiversidade	Manejo Ambiental	Socioeconomia	Patrimônio Histórico e Cultural	Políticas Públicas e Legislação
	Sensoriamento remoto e cartografia digital			Economia ambiental		
	Capacidade de uso da terra			Dinâmica do uso do solo		
				Economia solidária (e práticas relacionadas)		

As linhas de pesquisa elencadas são transversais a todos os outros programas do Plano de Manejo, e por isso extrapolam as pesquisas biofísicas, contemplando também temas das ciências humanas, relacionados à caracterização e às demandas da população residente, assim como à sua relação com o meio ambiente. Sendo a APA uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, as decisões envolvem avaliações socioeconômicas e sociopolíticas da região. A pesquisa multidisciplinar, integrando ciências da vida e da terra com as ciências sociais, é fundamental para que os conhecimentos gerados possam ser aplicáveis à gestão da unidade.

Diretrizes:

- Possibilitar o manejo da unidade com embasamento científico;
- Utilizar as pesquisas científicas e a produção de conhecimento para aprimorar e orientar a gestão e a tomada de decisão.

Objetivos estratégicos:

1. Fomentar a pesquisa científica;
2. Gerenciar a infra-estrutura de apoio à pesquisa;
3. Monitorar os projetos de pesquisa;
4. Gerenciar as informações resultantes das pesquisas.

Objetivo estratégico	Ações	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Fomentar a pesquisa científica	Indicar as áreas prioritárias ao desenvolvimento de pesquisas, incluindo aquelas com lacunas de informação, com base na pesquisas já desenvolvidas ou em desenvolvimento na APA.	DEPAVE-8	--	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Articular junto a distintos órgãos financiadores, especialmente o FEMA, a consolidação de linha(s) de financiamento(s) a fundo perdido que atendam demandas essencialmente voltadas à gestão da APA.	DEPAVE-8	Instituições de fomento à pesquisa	Curto	Periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Aproximar instituições de ensino/pesquisa, públicas e/ou privadas, objetivando a formalização de instrumentos para promover o desenvolvimento de estudos que contribuam para a gestão da APA.	DEPAVE-8 e Cons. Gestor APA CM	Instituições de ensino e pesquisa	Médio	Permanente	Orçamento	--
	Articular parcerias e facilitadores dentro do território da APA no sentido de hospedar o pesquisador durante a execução dos trabalhos de campo	DEPAVE-8	Instituições de ensino e pesquisa, moradores e empreendedores locais, empresas e ONGs	Curto	Periódico	Orçamento e iniciativa privada	Alta
2. Gerenciar a infra-estrutura de apoio à pesquisa	Prever o estabelecimento de alojamentos para pesquisa na criação de novas Unidades de Conservação	DEPAVE-8	--	Médio	Permanente	Compensações ambientais	Alta
	Promover capacitação de moradores da comunidade para que possam auxiliar os pesquisadores em suas atividades de campo	DEPAVE-8 e Cons. Gestor APA CM	ONGs	Longo	Periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	--

Objetivo estratégico	Ações	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Assegurar o cumprimento da Portaria (em fase de elaboração) que exige do pesquisador informar à SVMA sobre o desenvolvimento de pesquisas na APA e solicitar autorização para coleta de material biológico dentro de seus limites	SVMA, CAP e ACE	--	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
3. Monitorar os projetos de pesquisa	Criar e organizar acervo e banco de dados sobre os projetos de pesquisas científicas em andamento e já realizadas na APA integrado ao sistema de informações da SVMA (SIGMA)	SVMA e CAP	DAF 4 Informática	Médio	Permanente	Orçamento	Alta
	Criar uma sistemática de difusão dos resultados das atividades de pesquisa sobre a APA através da publicação de periódicos, agenda de seminários e palestras	ONGs	--	Longo	Permanente	Compensações ambientais, fundos públicos e privados	Média
4. Gerenciar as informações resultantes das Pesquisas	Possibilitar à equipe gestora da unidade participar eventos que possam aprimorar o processo de gestão, como o Congresso Nacional de UCs, Seminários de Áreas Verdes e correlatos	DEPAVE 8	--	Longo	Permanente	Orçamento	Média

5. RECUPERAÇÃO

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas é dividido em três subprogramas: Saneamento Ambiental, Recuperação do Viário e Transportes e Recuperação de Áreas Degradadas. Este último inclui a regularização urbanística e fundiária de loteamentos irregulares, um dos principais desafios da APA atualmente.

5.1. SANEAMENTO AMBIENTAL

Diretrizes:

- Garantir o saneamento ambiental em todo o território da APA, adotando tecnologias e práticas adequadas;
- Vincular a extensão da rede pública de abastecimento hídrico à coleta e tratamento do esgoto;
- Promover a educação sanitária e ambiental incentivando a adoção de tecnologias alternativas, economicamente viáveis e ambientalmente saudáveis;
- Pautar a extensão da rede pública de água e esgoto pelos Planos Nacional e Municipal de Saneamento Básico.

Objetivos estratégicos

1. Estender a rede pública de água e esgoto à todas as áreas enquadradas em zona de requalificação urbana de acordo com o Zoneamento Geoambiental, Lei 13.706/2004, nas bacias hidrográficas da Guarapiranga e Billings;
2. Promover a adoção de alternativas adequadas de abastecimento hídrico e esgotamento sanitário nas áreas situadas fora da zona de requalificação urbana e na bacia hidrográfica do Capivari-Monos;
3. Vincular investimentos públicos em saneamento ambiental à aprovação do Conselho Gestor da APA, garantindo que toda a extensão da rede de abastecimento hídrico seja vinculada a extensão de rede de esgoto;
4. Atender a comunidade Indígena Guarani com alternativas adequadas de saneamento;
5. Vincular a aprovação de empreendimentos habitacionais, comerciais, industriais e de serviços à garantia de saneamento ambiental;
6. Promover a adequação dos empreendimentos existentes no que se refere ao saneamento ambiental;
7. Promover a educação sanitária de forma articulada com o Programa de Educação Ambiental;
8. Garantir a coleta do lixo a todas as residências em áreas urbanas da APA e promover o correto destino dos resíduos sólidos nas áreas rurais;
9. Promover a coleta seletiva dos resíduos sólidos na APA.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Estender a rede pública de água e esgoto a todas as áreas enquadradas em zona de requalificação urbana de acordo com o zoneamento geoambiental, Lei 13.706/2004, nas bacias hidrográficas da Guarapiranga e Billings	Estender o abastecimento público de água aos bairros situados na região da Barragem	SABESP, SEHAB, PMSP e CT Infraestrutura e Saneamento	PMSP e SEHAB	Médio	Pontual	Bancos internacionais e fundos públicos e privados	Alta
	Estender a rede de esgoto aos bairros Nova América e Barragem, a partir da rede existente na estrada da Colônia.	SABESP e CT Infraestrutura e Saneamento	PMSP e SEHAB	Curto	Pontual	Bancos internacionais e fundos públicos e privados	Alta
2. Promover a adoção de alternativas adequadas de abastecimento hídrico e esgotamento sanitário nas áreas situadas fora da zona de requalificação urbana e na bacia hidrográfica do Capivari-Monos	Estender a rede de esgoto ao Jardim dos eucaliptos, ao Mambu, ao Embura e ao Paiol e outros da bacia do Guarapiranga	SABESP, Cons. Gestor APA CM e CT Infraestrutura e Saneamento	PMSP e CETESB	Curto	Pontual	Bancos internacionais e fundos públicos e privados	Alta
	Implantar integralmente o projeto de saneamento ambiental em Engenheiro Marsilac, de acordo com o parecer da CT de Infraestrutura e Saneamento	SABESP e CT Infraestrutura e Saneamento (acompanhar)	PMSP, CETESB e Cons. Gestor APA CM	Curto	Pontual	Bancos internacionais e fundos públicos e privados	Alta
	Capacitar agricultores, sítiantes e moradores das áreas rurais da APA em alternativas de saneamento rural	DGD Sul, CT Infraestrutura e Saneamento e Cons. Gestor APA CM	SABESP, CETESB e Vigilância Sanitária	Curto/médio	Pontual	Fundos públicos e privados	Média
	Capacitar trabalhadores da construção civil da região da APA na construção de fossas e estruturas adequadas para saneamento rural	DGD Sul, SABESP e CT Infraestrutura e Saneamento	SABESP, CETESB e Vigilância Sanitária	Curto/médio	Pontual	Fundos públicos e privados	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Viabilizar apoio a projetos de saneamento em áreas rurais via fundos municipais	SVMA, Cons. Gestor APA CM e CT Infraestrutura e Saneamento	SABESP, associações, ONGs, FEMA, FEHIDRO, SENAC e ABES	Curto/médio	Pontual	Fundos públicos e privados e SABESP	Média
3. Vincular investimentos públicos em saneamento ambiental à aprovação do Conselho Gestor da APA, garantindo que toda a extensão de rede de abastecimento hídrico seja vinculado a extensão de rede de esgoto.	Condicionar à aprovação do Conselho Gestor da APA para todos os investimentos públicos em saneamento ambiental	Cons. Gestor APA CM, SABESP, SPPA, CT Infra e Saneamento	--	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
4. Atender a comunidade Indígena Guarani com alternativas adequadas de saneamento	Estender rede pública de água e esgoto à aldeia Guarani Tenonde Porã	CT Infraestrutura e Saneamento, SABESP, FUNASA e Comunidade Guarani	SABESP e FUNAI	Curto	Pontual	Fundos públicos e privados e recursos federais	Alta
	Implantar sistema de tratamento de esgoto alternativo e com baixa manutenção na aldeia Guarani Krukutu	CT Infraestrutura e Saneamento, SABESP, FUNASA e Comunidade Guarani	SABESP e FUNAI	Curto	Pontual	Fundos públicos e privados e recursos federais	Alta
5. Vincular a aprovação de empreendimentos habitacionais, comerciais, industriais e de serviços à garantia de saneamento ambiental	DEPAVE 8 elaborar parecer para aprovação de empreendimentos habitacionais, industriais, comerciais e de serviços no território da APA.	SPPA, DEPAVE 8, SMA, CETESB, CDHU, CT Infraestrutura e Saneamento e SEHAB	Cons. Gestor APA-CM	Curto	Periódico	Orçamento	Baixa

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	DEPAVE 8 manter o Conselho Gestor da APA informado sobre as solicitações de pareceres, apresentando-os ao mesmo quando solicitado.	DEPAVE 8 e CT Infraestrutura e Saneamento	Cons. Gestor APA CM	Curto	Periódico	Orçamento	Baixa
6. Promover a adequação dos empreendimentos existentes no que se refere ao saneamento ambiental	Intensificar as ações de fiscalização para a redução de efluentes	SPPA, SMA, SABESP, CETESB e CT Infraestrutura e Saneamento	CT Fiscalização	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Fazer campanha para ligação adequada do esgoto na rede, nas áreas atendidas por rede pública Promover ações educativas para informar os moradores da APA acerca das alternativas adequadas para disposição de efluentes e resíduos	SPPA, SABESP, SVMA, DGD Sul e CT Infraestrutura e Saneamento	Cons. Gestor APA CM e universidades	Médio	Periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
7. Promover a educação sanitária de forma articulada com o Programa de Educação Ambiental	Fazer ações educativas e ambientais nos bairros urbanizados e rurais para que seja realizado o destino adequado do esgoto e lixo domésticos	SABESP, SMA, SVMA, SPPA, CT Infraestrutura e Saneamento, SE e SME	PSF, universidades, UBS e ONGs	Curto	Periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	Média
	Incluir o saneamento ambiental como conteúdo nos programas, projetos e ações de educação ambiental que venham a	CT Infraestrutura e Saneamento, SMS, SABESP, SMA, SME e SEE	ONGs, PSF, universidades e associações	Curto	Permanente	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	ser desenvolvidos na APA						
	Elaborar publicação informativa sobre saneamento ambiental enfocando tecnologias alternativas de baixo custo e manutenção	SMS, SABESP, SMA, SVMA, SME, SEE e CT Infraestrutura e Saneamento	ONGs, PSF, universidades e associações	Curto	Pontual	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Capacitar agentes do programa de saúde da família como multiplicadores em saneamento ambiental	SMS, LIMPURB, SABESP, CT Infraestrutura e Saneamento	ONGs, universidades e ABES	Curto	Pontual	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
8. Garantir a coleta do lixo nas áreas urbanas da APA e promover o correto destino dos resíduos sólidos nas áreas rurais.	Assegurar o serviço público de coleta de lixo doméstico através de coleta porta a porta, com caminhões convencionais, onde o sistema viário permitir	SPPA, LIMPURB e CT Infraestrutura e Saneamento	ONGs, universidades e ABES	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Adotar veículos de menor porte para o serviço público de coleta de lixo nas áreas onde o sistema viário não permitir a passagem de caminhões convencionais	SPPA, LIMPURB e CT Infraestrutura e Saneamento	--	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Instalar e manter containers em locais estratégicos da APA, sinalizando-as adequadamente	SPPA e LIMPURB,	Cons. Gestor APA CM e CT Infraestrutura e Saneamento	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Identificar os grandes geradores de lixo	LIMPURB, SPPA e CT Infraestrutura e Saneamento	Iniciativa privada	Curto	Pontual (rever periodicamente)	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros Potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Articular os grandes geradores de lixo para que destinem o mesmo às cooperativas da região	CT Infraestrutura e Saneamento	Iniciativa privada e cooperativas	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
9. Promover a coleta seletiva dos resíduos sólidos na APA.	Estender o serviço público de coleta seletiva às toda a área atendida por serviço público de coleta de lixo, assegurando o destino do material coletado às cooperativas da região	SPPA, LIMPURB, CT Infraestrutura e Saneamento, SVMA	ONGs, associações e empresários	Curto/médio	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Fomentar a instalação de cooperativas de coleta de resíduos secos na região de formar a atender a demanda de coleta seletiva da APA.	SPPA, LIMPURB, CT Infraestrutura e Saneamento e SVMA	ONGs, associações e empresários	Curto	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta

5.2. SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES

Diretrizes:

- Assegurar a trafegabilidade nas estradas da APA com o mínimo impacto ambiental;
- Recuperar e manter adequadamente as estradas existentes, adotando métodos que mantenham a permeabilidade do solo e preservando as drenagens naturais;
- Garantir a circulação do transporte escolar a todos os moradores da APA;
- Garantir o escoamento da produção agrícola;
- Garantir o acesso a empreendimentos turísticos, clubes de lazer e aldeias indígenas;
- Possibilitar o acesso aos atrativos naturais por veículos de porte adequado à capacidade de suporte e fragilidade ambiental de cada atrativo;
- Utilizar o sistema viário como elemento de visualização/estruturação/identificação da paisagem;
- Vincular as obras de pavimentação e drenagem ao programa de recuperação de áreas degradadas e plano de bairro.

Objetivos estratégicos:

1. Implantar o Plano de Manutenção das Estradas Vicinais da APA;
2. Criar e Implantar um programa de “conserveiros” para manutenção preventiva comunitária das estradas vicinais;
3. Melhorar as vias inseridas em Zona de Requalificação Urbana (ZRU) e Zona de Interesse Histórico, Turístico e Cultural (ZITH) segundo o Zoneamento Geoambiental;
4. Minimizar o impacto ambiental das obras e intervenções que interfiram na rede hídrica;
5. Viabilizar a utilização de cascalheiras naturais situadas em Zona de Uso Agrícola segundo o Zoneamento Geoambiental;
6. Implantar mobiliário urbano diferenciado;
7. Disseminar material informativo sobre a APA nas linhas de ônibus que percorrem seu território;
8. Nomear ou alterar a nomenclatura de vias públicas respeitando as referências históricas e paisagísticas locais;
9. Aprimorar o transporte coletivo na APA;
10. Dar um caráter paisagístico e conservacionista às estradas da APA;
11. Estudar a possibilidade de utilização de material inerte reciclável para pavimentação.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Implantar o Plano de Manutenção das Estradas Vicinais da APA	Assegurar a recuperação e manutenção rotineira das estradas incluídas no Plano	SPPA	HABI, Resolo e SPUA	Curto	Periódico	Orçamento e PEMH	Alta
	Rever periodicamente o Plano de Manutenção das Estradas Vicinais	CT Infraestrutura e Saneamento	Associação de moradores, SPPA e SPCS	Curto	Periódico (anual)	Orçamento	Alta
	Exigir a consulta ao Conselho Gestor para obras viárias e de drenagem não incluídas no Plano	SPPA e Cons. Gestor da APA CM	Sociedade civil	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Prestar contas do andamento do Plano ao Conselho Gestor	CT de Infraestrutura e Saneamento	SPPA	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Capacitar o corpo técnico e operacional da Subprefeitura e empresas terceirizadas em técnicas adequadas de manutenção de estradas de terra, valorizando a paisagem natural local	CT Infraestrutura e saneamento, SPPA e SVMA	IPT, POLI/USP, ONGs e SENAC	Curto	Periódico	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Criar programa “Adote uma estrada”	SPPA e SVMA	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	Médio	Pontual	Orçamento e iniciativa privada	Média
2. Criar e implantar programa de “conserveiros”, para manutenção preventiva comunitária para as estradas vicinais	Capacitar pessoas da comunidade em serviços preventivos de conservação de estradas de terra	SPPA, CT Infraestrutura e Saneamento e SVMA	IPT e SENAC	Curto	Periódico	Orçamento e fundos e iniciativa privada	Média
	Viabilizar a contratação dessas pessoas para os serviços preventivos	CT Infraestrutura e SPPA	ONGs, associação de moradores, cooperativas e empresários	Curto	Permanente	Iniciativa privada e fundos públicos e privados	Média

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
3. Melhorar as vias inseridas em Zona de Requalificação Urbana (ZRU) e Zona de Interesse Histórico, Turístico e Cultural (ZITH) segundo o zoneamento geoambiental	Solicitar a oficialização dessas vias, vinculado a regularização do loteamento quando se tratar de loteamento irregular e também ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Plano de Bairro	SPPA, SEHAB/Case e associações de moradores	--	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Executar, preferencialmente com o uso de técnicas que preservem a permeabilidade do solo, a pavimentação e drenagem das vias oficiais situadas em loteamentos regulares e bairros históricos, vinculado ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Plano de Bairro	SPPA	Associação de moradores e FAU/USP	Médio	Pontual	Orçamento	Alta
	Restringir, nos loteamentos irregulares, a pavimentação das vias àquelas imprescindíveis para o acesso a escolas e equipamentos públicos, utilizando preferencialmente técnicas que preservem a permeabilidade do solo, vinculado ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Plano de Bairro	SPPA e Polícia Ambiental	Associação de moradores e FAU/USP	Médio	Pontual	Orçamento	Alta
4. Minimizar o impacto ambiental das obras e intervenções que interfiram na rede hídrica	Identificar e mapear todos os cursos d'água nos quais é necessária a realização de limpeza rotineiramente pela subprefeitura,	SPPA e CT Infraestrutura e Saneamento	SVMA	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Elaborar um plano (anual) de limpeza de córregos, adotando preferencialmente a limpeza manual	SPPA, CT Infraestrutura e Saneamento e	SVMA, SMA	Curto	Periódico	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	exceto em caso de impossibilidade técnica, e submetê-lo ao Conselho Gestor	Cons. Gestor da APA CM					
	Licenciar junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente o plano anual de limpeza de córregos e todas as obras com interferência na rede hídrica	SPPA, SMA e CETESB	SVMA e CT Infraestrutura e Saneamento	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Solicitar a aprovação do Conselho Gestor para a execução e reforma de pontes e travessias de cursos d'água	CT Infraestrutura e Saneamento e Cons. Gestor da APA CM	SMA	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Colocar placas informativas alusivas à APA nas pontes	SVMA, Cons. Gestor da APA CM e SPPA	Empresários locais	Médio	Pontual	Fundos públicos e privados, parcerias, SPTuris e iniciativa privada	Média
5. Viabilizar a utilização de cascalheiras naturais situadas em Zona de Uso Agrícola segundo o zoneamento geoambiental.	Identificar e mapear cascalheiras naturais situadas em ZUA	Subprefeitura, CT Infraestrutura e Saneamento, SMA,	USP	Médio	Pontual	Orçamento	Média
	Licenciar junto à SMA e Prefeitura a utilização dessas cascalheiras,	SPPA e CETESB	SPPA, SMA e SVMA	Médio	Pontual	Orçamento	Média
6. Implantar mobiliário "urbano" diferenciado	Inserir o logotipo da APA e mensagens alusivas à APA e à conservação ambiental em pontos de ônibus, caçambas e demais itens do mobiliário urbano (ligar com o objetivo 10)	SPTTrans, LIMPURB e SPPA	USP, ONGs e associação de moradores	Médio	Pontual	Fundos públicos e privados, parcerias e iniciativa privada	Média

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
7. Disseminar material informativo sobre a APA nas linhas de ônibus que percorrem seu território	Elaborar informativo periódico para ser colocado do jornal do ônibus nas linhas que percorrem a APA, em complementaridade ao Programa de Educação Ambiental	SVMA e SPTrans	ONGs	Curto	Pontual	Fundos públicos e privados, parcerias e orçamento	Média
8. Nomear ou alterar nomenclatura de vias públicas, respeitando as referências históricas e paisagísticas locais	Consultar o Conselho Gestor da APA sobre propostas de nomenclatura de logradouros em seu interior.	SEHAB, SPPA e CT Infraestrutura e Saneamento	SMC e associação de moradores	Curto	Permanente	Orçamento	Média
9. Aprimorar o transporte coletivo na APA	Estudar a necessidade de ampliar o transporte coletivo dentro da APA.	SPTrans e Cons. Gestor da APA CM	Associação de moradores	Longo	Periódico	Orçamento	Baixa
10. Dar um caráter paisagístico e conservacionista às estradas da APA	Definir as estradas de interesse turístico e paisagístico	SPPA, SVMA, SEHAB e CT Infraestrutura e Saneamento	Cons. Gestor APA CM, CT Turismo, universidades, ONGs e sociedade civil	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Elaborar projetos paisagísticos para as estradas definidas	SPPA, SVMA e SEHAB	Cons. Gestor APA CM, universidades, ONGs e sociedade civil	Curto	Periódico	Orçamento e iniciativa privada e fundos públicos e privados	Alta
	Capacitar profissionais para realizar a implantação das estradas definidas	SPPA e SVMA	Universidades	Médio	Pontual	Orçamento, iniciativa privada e fundos públicos e privados	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Inserir dispositivo de proteção a fauna e placas de atenção e cuidado aos animais na pista	SVMA, SPPA e SMDU	Iniciativa privada	Média	Pontual	Fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta
11. Estudar a possibilidade de utilização de material inerte reciclável para pavimentação	Criar um grupo de trabalho para a realização desse estudo	SPPA, SVMA e SMDU	IPT e SSO	Média	Pontual	Orçamento	Média

5.3. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Diretrizes:

- Promover a integração entre os órgãos municipais, estaduais e municipais;
- Promover a recuperação dos passivos ambientais, preferencialmente às expensas dos responsáveis por tais passivos;
- Envolver a comunidade no planejamento da recuperação de áreas degradadas, em especial nos Planos de Recuperação de Interesse Social (PRIS) e nas Áreas de Recuperação Ambiental (ARAs) onde existem moradores.

Objetivos estratégicos:

1. Promover a recuperação das minerações situadas na APA;
2. Promover a recuperação urbanística, ambiental e fundiária dos loteamentos situados em Zona de Recuperação Urbana (ZRU) e Zona de Interesse Turístico, Histórico e Cultural, conforme artigos 17 e 18 da Lei 13.706/2004 (Zoneamento Geoambiental);
3. Recuperar as Áreas de Preservação Permanente, cf artigo 28 da Lei 13.706/2004 (Zoneamento Geoambiental);
4. Recuperar as Áreas de Recuperação Ambiental (ARAs) cf. artigos 25 e 27 da Lei 13.706/2004 (Zoneamento Geoambiental);
5. Promover a erradicação de espécies invasoras na Zona de Vida Silvestre.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridades
1. Promover a recuperação das minerações situadas na APA	Mapear, identificar a caracterizar as minerações situadas na APA, verificando a existência e cumprimento do PRAD	CT Monitoramento e fiscalização, SMA/CETESB e SPPA	DNPM, CPRM e comunidade local	Médio	Pontual	Orçamento	Alta
	Levantar a regularidade das minerações identificadas	CT Monitoramento e fiscalização, CETESB e SPPA	DNPM e SPPA	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Promover força tarefa visando a regularização ou fechamento das minerações não regulares	CETESB. SPPA, DGD Sul, CT Monitoramento e Fiscalização	MP, Deurb e Deuso	Longo	Periódico	Orçamento	Alta
	Responsabilizar os empreendedores pela resolução dos passivos ambientais identificados.	MP estadual e federal e SVMA	SPPA	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
2. Promover a recuperação urbanística, ambiental e fundiária dos loteamentos e assentamentos habitacionais situados em Zona de Recuperação Urbana (ZRU), conforme artigos 17 e 18 da Lei	Criar uma Câmara Técnica de Habitação	SEHAB e SVMA	SPPA, SMA	Curto	Permanente	Orçamento	Alta
	Desenvolver e implantar Plano de Recuperação de Interesse Social (PRIS) para os loteamentos e assentamentos habitacionais situados em ZRU e ARA.	SEHAB, SPPA e SMA	Programa Mananciais e SVMA	Longo	--	Orçamento, compensações ambientais, fundos públicos e privados e iniciativa privada	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridades
13.706/2004 (Zoneamento Geoambiental)	Realizar o monitoramento de habitações situadas em áreas de risco geotécnico e inundações.	SEHAB, SPPA e CETESB	SMDU, Programa Córrego Limpo, SABESP e IPT	Médio	Permanente	Orçamento	Alta
	Promover a remoção das habitações situadas em áreas de risco geotécnico e inundações viabilizando seu reassentamento em ZEIS 4 ou sua inserção em outros programas habitacionais	SEHAB e SPPA	SMDU, Programa Córrego Limpo, SABESP	Curto	Permanente	Orçamento, fundos públicos e privados, recursos federais e bancos internacionais	Alta
3. Promover a mobilização dos agentes responsáveis para recuperar as áreas de preservação permanente, cf artigo 28 da Lei 13.706/2004 (Zoneamento Geoambiental)	Realizar o monitoramento de habitações situadas em áreas de preservação permanente	SEHAB, SPPA e SVMA	Dipro	Médio	Permanente	Iniciativa privada e fundos públicos e privados	Alta
	Promover a remoção e das habitações situadas em áreas de preservação permanente, viabilizando seu reassentamento em ZEIS 4 ou sua inserção em outros programas habitacionais	SEHAB e SPPA	Plano de Desenvolvimento das Águas	Médio	Permanente	Recursos Federais, bancos internacionais e Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridades
	Viabilizar a recomposição florestal das áreas de preservação permanente não urbanizadas mapeadas no diagnóstico socioambiental integrante desse plano de manejo	SVMA	MP	Curto	Periódico	Compensações ambientais	Alta
4. Recuperar as áreas de recuperação ambiental (ARAs) cf. artigos 25 e 27 da Lei 13.706/2004 (Zoneamento Geoambiental)	Elaborar caracterização das ARAs	SVMA, SMA, SPPA e SMDU	Universidades	Curto	Pontual	Orçamento e iniciativa privada	Alta
	Definir e priorizar medidas para sua recuperação	SVMA, SPPA e SEHAB	--	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Fazer Plano de Recuperação Ambiental das ARAs, definindo as ações para sua necessárias para a recuperação.	SVMA, SEHAB, SPPA	Universidades (UNISA)	Curto	Periódico	Orçamento e compensações ambientais	Alta
	Inserir as ações para recuperação das ARAs como prioridade nos outros programas e subprogramas deste Plano de Manejo.	Cons. Gestor APA CM	SVMA e SMA	Médio	Periódico	Orçamento	Alta
5. Promover a erradicação de espécies invasoras na Zona de Vida Silvestre	Analisar a legislação municipal pertinente ao corte de espécies arbóreas exóticas a fim de identificar	SVMA	Faculdades de direito	Curto	Permanente	Orçamento e estadual	Média

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Potenciais parceiros	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridades
(ZVS)	necessidades de alteração						
	Estabelecer incentivos à retirada de Pinus e Eucalipto na ZVS (mudar base legal)	SVMA	Indústrias de papel e celulose	Médio	Pontual	Orçamento	Média
6. Recuperar a boa qualidade ambiental dos cursos d'água	Eliminar esgotos clandestinos, desassorear, conter erosão, despoluir e descontaminar	SVMA, SABESP e SPPA	Programa Córrego Limpo	Médio	Periódico	Recursos federais	Alta
7. Recuperar a diversidade (e abundância) de fauna e flora	Reintrodução de espécies	SVMA	Viveiros locais, preferencialmente	Longo	Periódico	Compensações ambientais e fundos	Alta
8. Identificar e recuperar depósitos de resíduos sólidos (lixões e bota-fora de lixo doméstico clandestino)	Identificar e recuperar depósitos de resíduos sólidos (lixões e bota-fora de lixo doméstico clandestino)	SPPA e LIMPURB	CT Infraestrutura e Saneamento	Longo	Periódico	Orçamento	Alta

6. GESTÃO

O Programa de Gestão diz respeito à própria estruturação da APA. Ele dialoga com todos os outros programas, que dele dependem em grande medida.

Pela sua própria natureza, o Programa de Gestão tem um caráter mais institucional que os outros programas, sendo a maioria das ações de responsabilidade do órgão gestor da unidade, a SVMA.

Diretrizes:

- Aprimorar o gerenciamento da APA Capivari-Monos estruturando técnica e logisticamente o Conselho Gestor;
- Orientar as ações e prioridades através do Plano Manejo e das pesquisas científicas;
- Compatibilizar a legislação municipal e estadual no território da APA.

Objetivos estratégicos:

1. Promover a estruturação técnica e logística do Conselho Gestor;
2. Fomentar e fortalecer a gestão integrada à APA Bororé-Colônia;
3. Implantar o Mosaico de Unidades de Conservação (PESM / Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia / APA Capivari-Monos / Terras indígenas / APA Bororé-Colônia / Parques Naturais Municipais Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé);
4. Definir áreas prioritárias para criação de UCs de proteção integral dentro da APA embasadas nos conhecimentos gerados pela pesquisa científica;
5. Avaliar as possibilidades e moldes de implantação da co-gestão para a APA;
6. Desenvolver e implantar um Plano de Comunicação para a APA;
7. Melhorar a articulação entre os órgãos do Poder Público integrantes do Conselho Gestor e demais órgãos com atribuições sobre o território da APA;
8. Rever a legislação municipal incidente sobre a APA, compatibilizando o Zoneamento Geoambiental da APA com a nova legislação de proteção aos mananciais e o Plano Diretor;
9. Apoiar a regularização fundiária e ambiental das propriedades inseridas na APA.
10. Estudar a aplicação de programas de Pagamento por Serviços Ambientais no território da APA.
11. Apoiar via FEMA, a gestão participativa da APA.

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
1. Promover a estruturação técnica e logística do Conselho Gestor	Definir e implantar uma sede para o Conselho Gestor	SVMA	SPPA	Curto	Pontual	Orçamento e compensações ambientais	Alta
	Promover a capacitação continuada dos Conselheiros	SVMA, DGD Sul, SMA, CETESB, SMC, SEHAB e SMDU	Universidades	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Criar o cargo de Gestor de APA na estrutura formal da SVMA	SVMA e Câmara Municipal	--	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
2. Fomentar e fortalecer a gestão integrada à APA Bororé-Colônia	Unificar as Câmaras Técnicas de Turismo e Agricultura das APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia	SVMA e CTs Turismo e Agricultura	Cons. Gestor APA CM	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Avaliar a possibilidade de unificar as demais Câmaras Técnicas	Cons. Gestores APAs CM e BC	--	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Avaliar e consultar envolvidos sobre a unificação das APAs, criando-se uma única grande APA	SVMA e Cons. Gestores APAs CM e BC	Associações de Moradores e ONGs	Médio	Pontual	Orçamento	Média
	Avaliar e consultar envolvidos sobre a criação de uma única APA, incluindo a região do Jaceguava	SVMA e Cons. Gestores APAs CM e BC	Associações de Moradores e ONGs	Médio	Pontual	Orçamento	Média
3. Implantar o Mosaico de UCs (PESM, Pq. Cratera,	Solicitar o reconhecimento do Mosaico	SVMA, FF e MMA	Cons. Gestores APAs CM e BC	Médio	Pontual	Orçamento	Média

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
APA Capivari-Monos, Terras Indígenas, APA BC, Parques Naturais Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé)	Criar Conselho de Mosaico	SVMA , FF e MMA	Cons. Gestores APAs CM e BC e FUNAI	Médio	Pontual	Orçamento e compensações ambientais	Média
4. Definir áreas prioritárias para criação de UCs de proteção integral e RPPNs dentro da APA embasadas nos conhecimentos gerados pela pesquisa científica	Criar Grupo de Trabalho	SVMA e Cons. Gestor APA CM	FF e Universidades	Médio	Pontual	Orçamento	Baixa
5. Avaliar a possibilidade e moldes de implantação da co-gestão para a APA	Levantar e avaliar as iniciativas brasileiras e internacionais de co-gestão	DEPAVE 8	FF e universidades	Médio	Pontual	Orçamento	Média
	Discutir amplamente e formatar os moldes desta co-gestão	DEPAVE 8 e Cons. Gestor APA CM	SPPA, SPCS e SMDU	Médio	Pontual	Orçamento	Média
6. Desenvolver e implantar um Plano de Comunicação para a APA	Aperfeiçoar e atualizar o conteúdo da página da SVMA sobre a APA	DEPAVE 8	--	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Criar e alimentar um BLOG ou sítio eletrônico para Conselho Gestor	DEPAVE 8 e Cons. Gestor APA CM	ONGs e universidades	Médio	Permanente	Orçamento e fundos públicos e privados	Alta
	Definir e viabilizar material de divulgação, incluindo folders, banners, informativo e cartazes	SVMA	Cons. Gestor APA CM	Curto	Periódico	Orçamento, fundos públicos e privados e compensações ambientais	Alta
	Avaliar, rever e complementar a sinalização existente	SVMA	Cons. Gestor APA CM	Médio	Periódico	Orçamento e compensações ambientais	Média
	Publicar o Plano de Manejo	SVMA	--	Curto	Pontual	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	na Internet						
	Produzir cartilha impressa de versão reduzida do Plano de Manejo	SVMA	--	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Inserir-se em grupos de discussão nacionais e internacionais sobre áreas protegidas	SVMA	Cons. Gestor APA CM	médio	Permanente	Orçamento	Alta
7. Melhorar a articulação entre os órgãos do Poder Público integrantes do Conselho Gestor e demais órgãos com atribuições sobre o território da APA.	Caracterizar e avaliar o estado das relações entre os órgãos públicos integrantes do Conselho, identificando os pontos fracos.	SVMA	Cons. Gestor APA CM	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Realizar reuniões, encontros, vistoria e outras atividades com os órgãos públicos identificados;	SVMA	Cons. Gestor APA CM	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Identificar quais órgãos públicos cuja participação é de interesse para a gestão da APA.	Cons. Gestor APA CM	Câmaras técnicas	Curto	Periódico	Orçamento	Alta
	Promover seminário sobre a APA envolvendo os órgãos identificados	SVMA	Cons. Gestor APA CM	Médio	Periódico	Orçamentários e fundos públicos e privados	Alta
	Convidar os órgãos identificados a integrar as Câmaras Técnicas.	SVMA	Câmaras Técnicas	Médio	Periódico	Orçamento	Alta
8. Rever a legislação municipal incidente sobre a APA, compatibilizando o	Criar Grupo de Trabalho	SVMA, SMDU, SPPA, SMA e	Cons. Gestor APA CM	Curto	Pontual	Orçamento	Alta

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
Zoneamento Geoambiental da APA com a nova legislação de proteção aos mananciais e o Plano Diretor		SEHAB					
	Articular politicamente o encaminhamento das mudanças sugeridas	SVMA, SMDU e SPPA	--	Médio	Permanente	Orçamento	Alta
9. Apoiar a regularização fundiária e ambiental das propriedades inseridas na APA	Criar grupo de trabalho para estudar o tema	SVMA, SPPA e SVMA	SEHAB, Ministério Público, OAB, Universidades, ITESP	Curto	Pontual	Orçamento	Alta
	Promover seminário sobre regularização fundiária	SVMA, SMDU, SPPA e Cons. Gestor APA CM	Conselho Gestor Universidades, OAB, Ministério Público, ITESP	Médio	Pontual	Orçamento	Alta
	Informar sobre as ações necessárias para a regularização, por meio de material informativo, INTERNET, reuniões do Conselho, palestras de bairro, etc.	SVMA, SPPA e SMDU	FEMA e ONGs	Médio	Periódico	Fundos públicos e privados	Média
	Inserir nos editais futuros do FEMA para a APA, a possibilidade de financiar apoio jurídico e técnico para regularização	SVMA	Conselho Gestor e FEMA	Médio	Pontual	Fundos públicos e privados	Média
10. Estudar a aplicação de programas de Pagamento por Serviços Ambientais no território da APA.	Retomar o grupo de trabalho para elaboração de uma política de pagamento por serviços ambientais no município de São Paulo	SVMA	SMDU, Secretaria de Finanças, FEMA	Curto	Permanente	Orçamento	Média

Objetivo estratégico	Ação	Responsáveis	Parceiros potenciais	Prazo	Temporalidade	Recursos	Prioridade
	Elaborar editais específicos para Pagamento por Serviços Ambientais, com prioridade para a APA.	SVMA	FEMA	Médio	Periódico	Fundos públicos e privados	Média
11. Apoiar via FEMA, a gestão participativa da APA.	Manter editais específicos do FEMA para as APAs, cujas linhas temáticas apoiem as ações definidas no Plano de Manejo	SVMA	FEMA, Conselho Gestor	Curto	Periódico	Fundos públicos e privados	Alta

PROJETO ESTRATÉGICO

Pólo Eco turístico de Evangelista de Souza

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, os programas de gestão que integram este Plano de Manejo são organizados por área temática. Ainda assim, não são estanques, pois as ações definidas para os eixos estratégicos de um programa podem ser relacionadas a outro, complementando-o e/ou fortalecendo-o. Um exemplo é o programa de educação ambiental e o de saneamento, e este por sua vez, com o de agricultura. Algumas ações, dessa forma, possibilitam o desenvolvimento de outras.

Dessa forma, um projeto é considerado estratégico devido ao seu potencial de transformação da realidade e seu entrelaçamento com os programas de ação, e ainda, pelo seu grau de complexidade e número de agentes ou parceiros envolvidos. É o caso da implantação do Pólo Eco turístico de Evangelista de Souza, projeto estratégico do Plano Regional da Subprefeitura de Parelheiros, e também deste Plano de Manejo.

Considerando a importância estratégica que Evangelista de Souza possui para a região, este é um projeto transversal e que possui total correlação com a efetiva proteção ambiental da APA, bem como possibilita o desenvolvimento de ações de pesquisa, educação ambiental e turismo sustentável principalmente.

Situada no "coração" da APA, exatamente na confluência dos rios Capivari e Monos, a região de Evangelista de Souza é o local mais promissor para o desenvolvimento da atividade eco turística na APA Capivari-Monos. É por Evangelista o acesso à grande parte das cachoeiras e trilhas na Mata Atlântica, e dista cerca de 6 km do limite do Parque Estadual da Serra do Mar, cuja divisa é o rio dos Campos, acessível por trilha a partir de Evangelista. A região é muito frequentada por visitantes, os quais muitas vezes aventuram-se sozinhos e sem a devida orientação, acampando na cachoeira da Usina – situada dentro do Núcleo Curucutu do Parque Estadual da Serra do Mar e sem estrutura alguma de visitação e uso público. Alguns se arriscam caminhando na ferrovia, o que além de proibido é perigoso. Outros se perdem na Serra demandando onerosas operações de resgate.

Evangelista é um ponto estratégico também para a fiscalização. Lá havia uma base da Guarda Ambiental, atualmente desativada, que funcionava em imóvel pertencente à ferrovia. Enquanto a base funcionou, a visitação desordenada diminuiu sensivelmente. A presença da guarda no local coibia também a grilagem de terras, o desmatamento, a extração de palmito e a caça. Com a desativação da base estes crimes ambientais voltaram a acontecer com uma frequência preocupante.

Evangelista de Souza é ponto de cruzamento entre a ferrovia Mairinque-Santos, antiga Estrada de Ferro Sorocabana – atualmente privatizada e transportando apenas carga, operada pela empresa América Latina Logística (ALL), e o ramal desativado que liga Evangelista à linha de trem metropolitano da CPTM. Lá existe uma antiga vila ferroviária com várias casas, uma estação, uma usina transformadora de energia e várias construções de apoio, importante patrimônio histórico atualmente abandonado, enquadrado como Zona Especial de Preservação Cultural – ZEPEC, em processo de tombamento. Outras construções, como os túneis da ferrovia e a antiga Usina Capivari também estão em processo de tombamento (ver item referente ao patrimônio histórico no capítulo 2 deste Plano de Manejo).

A maioria das construções existentes está bastante deteriorada. Antes da privatização da ferrovia, eram bem conservadas, utilizadas como moradia para os ferroviários e como imóveis operacionais da ferrovia. Havia inclusive uma escola para os filhos dos ferroviários, uma bela construção de madeira – pinho de Riga, segundo relato de moradores antigos –

que foi totalmente destruída. A Usina também abrigava uma vila que dava acesso à cachoeira do Capivari, cujo acesso só era permitido com autorização da Ferrovia Sorocabana. Após a privatização a vila foi abandonada, sem qualquer controle de acesso, e as construções existentes depredadas por ações de vandalismo.

Com a privatização da ferrovia, os imóveis existentes não foram repassados à empresa concessionária, mas permaneceram sob o domínio da Rede Ferroviária Sorocabana. Apesar disso, a ALL os utiliza parcialmente para fins operacionais descaracterizando inclusive o patrimônio histórico em processo de tombamento. A Sorocabana foi extinta, e seu patrimônio é gerido pela União, sob responsabilidade da inventariança da Rede. A prefeitura pode solicitá-los e incorporá-los ao patrimônio municipal, como tem ocorrido em vários municípios do estado de São Paulo.

O restauro dessas construções e sua utilização como pólo receptivo de ecoturismo e educação ambiental, como base para pesquisas, bem como para instalação de fiscalização – tanto pela Guarda Ambiental Municipal como pela Polícia Ambiental – uma vez que Evangelista de Souza dá acesso a uma porção atualmente desprotegida do Núcleo Curucutu do Parque Estadual da Serra do Mar, é estratégico para a APA, e é uma forma de devolver à sociedade um patrimônio histórico que está se perdendo.

A idéia de revitalizar Evangelista de Souza não é nova. Até meados da década de 90, o local era bastante movimentado, habitado pelos ferroviários e suas famílias e frequentado por excursionistas em busca das belas cachoeiras existentes nas proximidades. Estes chegavam de trem, pela ferrovia Mairinque Santos, via Embu Guaçu, Cipó e Engenheiro Marsilac, ou, até a década de 80, a partir de Santo Amaro, pelo ramal abandonado que ligava o local à estação Jurubatuba da CPTM. Evangelista era também um ponto de parada no caminho para Santos, passando pelas estações de Engenheiro Ferraz (hoje totalmente destruída) e Pai Matias, esta última já no município de Cubatão.

Com o abandono do ramal de ligação à Santo Amaro na década de 80 e a privatização da Mairinque Santos na segunda metade dos anos 90, não era mais possível chegar a Evangelista de trem. O acesso passou a ser feito apenas de carro, via Barragem, pela estrada de Evangelista de Souza ou a pé, pelo ramal abandonado, a partir do ponto final de ônibus na Barragem, da qual dista aproximadamente 6 Km.

Desde as primeiras articulações para criação da APA a proposta de revitalizar Evangelista de Souza e dar um uso às edificações vem sendo estudada. Em 2003, com a elaboração dos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, a criação do Pólo e a reativação do ramal ferroviário entre a estação Jurubatuba e Evangelista, como trem exclusivamente turístico com circulação em finais de semana e feriados, foram definidas como um projeto estratégico para a Subprefeitura de Parelheiros

É prevista a extensão do ramal da ferrovia que estava abandonado e foi reativado até a estação Grajaú pela CPTM, com trens modernos interligados a um terminal de ônibus urbano, apenas até a próxima estação, Varginha, situada no limite das subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros. A partir daí, sua extensão como transporte regular de passageiros é vetada pelo Plano Diretor.

A extensão da linha de trem de passageiros regular até Evangelista seria temerária devido ao enorme potencial de indução de expansão urbana e conseqüente impacto sobre os mananciais. No entanto, um trem turístico circulando apenas em horários determinados e aos finais de semana e feriados evitaria um impacto de tal natureza e seria compatível com a proteção ambiental, alavancando o desenvolvimento do turismo que é, de fato, uma vocação da região.

Em 2006 o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos solicitou da SVMA a elaboração de um projeto para o Pólo Ecoturístico de Evangelista de Souza, considerando os dois cenários: com e sem a implantação do trem turístico. Foi formado um grupo de trabalho coordenado pela SVMA com a participação da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), Associação dos Empreendedores de Eco-Turismo da APA Capivari-Monos (AECOTUR), órgãos públicos estaduais (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Secretaria de Estado dos Transportes) e municipais (SPTuris, Subprefeitura de Parelheiros, Guarda Civil Metropolitana, Secretaria Municipal de Cultura) e SEBRAE, dentre outros parceiros. Este grupo elaborou um projeto inicial, cujo resumo é apresentado anexo a este Plano de Manejo.

Originalmente, o projeto era composto por dois módulos:

Módulo 1: Implantação de melhorias paisagísticas e restauro do conjunto de benfeitorias existentes no complexo ferroviário de Evangelista de Souza. Depois de restauradas, essas construções abrigariam um centro de informações e monitoria ambiental, restaurante, lojinha de artesanato, posto médico, centro de educação ambiental, auditório, alojamento para pesquisadores e posto de fiscalização da Guarda Civil Metropolitana e Polícia Ambiental.

Módulo 2: Implantação do trem exclusivamente turístico ligando a estação Varginha da CPTM à estação Evangelista de Souza. Este módulo não chegou a ser detalhado.

Devido à grande complexidade e diversidade de agentes envolvidos e, principalmente, à inexistência de recursos na época, o projeto não avançou.

Atualmente está em andamento na esfera federal o licenciamento da duplicação da ferrovia Mairinque-Santos, a respeito do qual o Conselho Gestor já foi ouvido. O Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento encontra-se atualmente em análise pela SVMA e SMA. No âmbito desse licenciamento, as devidas compensações ambientais – bem como os possíveis recursos advindos de termos de ajustamento de conduta referente às multas aplicadas por ambos os órgãos devido às infrações ambientais cometidos pela ALL – poderão ser destinadas à implantação do Pólo Eco turístico de Evangelista de Souza. É esse o entendimento do Conselho Gestor da APA Capivari-Monos.

Em todos os possíveis cenários futuros analisados para a elaboração deste Plano de Manejo, o Pólo Eco turístico de Evangelista de Souza é considerado estratégico. Nos cenários de maior pressão, caracterizados por obras de infraestrutura, especialmente de transportes, de grande impacto sobre a APA, a prioridade para sua implantação aumenta.

A importância estratégica do Pólo cresce também diante da possibilidade de ampliação das Terras Indígenas Guarani sobre o território da APA, como será abordado no capítulo 5 – Recomendações à Gestão da APA Capivari-Monos – deste Plano de Manejo.

O projeto elaborado em 2006 necessita de revisão, para a qual se recomenda a criação de novo grupo de trabalho, agregando parceiros novos como a FUNAI, a comunidade Guarani, universidades, o FEMA e a própria ALL – esta como uma das principais financiadoras, face à compensação ambiental pela duplicação da ferrovia e à sua responsabilidade socioambiental pela degradação do patrimônio ambiental, histórico e cultural de Evangelista de Souza.

CONSTRUINDO CENÁRIOS FUTUROS: RECOMENDAÇÕES À GESTÃO DA APA CAPIVARI-MONOS

Como inúmeras vezes se mencionou neste Plano, a região em que a APA Capivari-Monos está inserida sofre fortíssimas pressões, tanto resultantes da expansão urbana desordenada, quanto àquelas relacionadas à implantação de grandes empreendimentos, especialmente do setor de transportes.

Nesse contexto, tais situações representam ameaças à biodiversidade, aos recursos hídricos, ao patrimônio histórico cultural e ao próprio modo de vida local, cuja proteção é o objetivo de criação da APA.

Com o propósito de visualizar situações futuras, a fim de agir de forma proativa e estratégica, trazendo subsídios ao planejamento, o DEPAVE-8 optou por utilizar a Metodologia de Cenários Futuros.

Essa metodologia, embora se origine no meio empresarial, já é bastante utilizada no poder-público e é tecnicamente reconhecida, pois permite, por meio de exercícios simples com a técnica da “previsão” (*forecasts*), correlacionar vetores e construir cenários futuros.

A metodologia de Cenários Futuros tem sido usada amplamente nos trabalhos da Avaliação Ecosistêmica do Milênio⁵¹, realizada no âmbito das Reservas da Biosfera⁵².

Existem variadas e complexas formas de aplicação. Para fins deste Plano de Manejo, optou-se pela utilização da narrativa como a mais adequada face às características do grupo de trabalho e o tempo disponível.

Trabalhou-se com um grupo reduzido, incluindo profissionais e estagiários do DEPAVE-8 e conselheiros convidados, num total de 12 pessoas.

A partir de uma reflexão acerca dos possíveis vetores de pressão sobre a Unidade de Conservação, foram escolhidos os que representam maior potencial de transformação, e priorizados os seguintes:

1. Ferroanel
2. Uniduto
3. Construção da alça de acesso ao trecho Sul do Rodoanel Mario Covas
4. Ampliação da terra indígena Guarani no território da APA⁵³

⁵¹ A Avaliação Ecosistêmica do Milênio é o maior programa internacional já empreendido para o diagnóstico dos ecossistemas do planeta e seus reflexos sobre o bem-estar humano.

⁵² As Reservas da Biosfera são Unidades de Conservação previstas na Lei Federal 9985/00/ SNUC, reconhecidas pela UNESCO. A APA Capivari-Monos está inserida em duas RBs: a da Mata Atlântica e do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

⁵³ Conforme foi abordado no capítulo referente às unidades de conservação e áreas protegidas, a área homologada das aldeias guarani Barragem e Krukutu é diminuta, não abrange o território tradicional deste povo nem tem recursos suficientes para garantir a sua reprodução físico e cultural. Assim, a ampliação desse território, embasada em Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, está em pauta atualmente. Em 2003 foram realizados estudos que culminaram num primeiro relatório, considerado insatisfatório pela FUNAI, que solicitou a complementação dos estudos. Em 2009 foi criado um novo grupo de trabalho para elaborar novo relatório, o qual foi encaminhado para a FUNAI em dezembro de 2010 e encontra-se atualmente em análise. Até que seja analisado e publicado no Diário Oficial da União, quando o relatório se torna público e é estabelecido um período para eventuais contestações, os estudos são sigilosos. Dessa forma, não é possível saber qual o novo limite das terras indígenas propostos pelo novo relatório. Sabe-se, no entanto, que incidirá sobre a APA, pois o relatório

Com esses vetores foi construída uma matriz bidimensional, onde o eixo “x” é representado pela a ampliação das terras indígenas Guarani no território da APA, e o eixo “y” pelos empreendimentos citados, segundo seu potencial de pressão e degradação ambiental.

A seguir é apresentada a matriz construída e os seis cenários oriundos das combinações entre os componentes dos dois eixos.

MATRIZ CENÁRIOS FUTUROS – APA CAPIVARI-MONOS

y		Com ampliação das terras indígenas	Sem ampliação das terras indígenas
	Altíssima Pressão Ferroanel Uniduto Alça do Rodoanel	1	2
	Alta Pressão Ferroanel Uniduto	3	4
	Média Pressão Manutenção dos Vetores de Atuais	5	6
		x	

Além da discussão e narração dos seis cenários acima, os participantes trabalharam com os objetivos estratégicos do Programa de Gestão e com o Projeto estratégico de implantação do Polo Ecoturístico de Evangelista de Souza⁵⁴, como formas de enfrentar estes cenários e seus impactos decorrentes, definindo-se a ordem de prioridades para execução/aplicação dos mesmos.

A seguir, são apresentados os objetivos e projeto estratégico a serem hierarquizados pelos grupos conforme o cenário analisado:

1. Promover a estruturação técnica e logística do Conselho Gestor;
2. Fomentar e fortalecer a gestão integrada à APA Bororé-Colônia;
3. Implantar o Mosaico de Unidades de Conservação (PESM/ Pq. Cratera/ APA Capivari-Monos/Terras indígenas/APA Bororé-Colônia/Parques Naturais Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé);
4. Definir áreas prioritárias para criação de UCs de proteção integral dentro da APA embasadas nos conhecimentos gerados pela pesquisa científica;
5. Avaliar as possibilidades e moldes de implantação da co-gestão para a APA;
6. Desenvolver e implantar um Plano de Comunicação para a APA;

de 2003 já propunha reconhecia como terra indígena guarani uma área de cerca de 9.000 hectares nos municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo, parcialmente superpostos à unidade.

⁵⁴ Ver capítulos 3 e 4 deste Plano de Manejo, respectivamente.

7. Melhorar a articulação entre os órgãos do Poder Público integrantes do Conselho Gestor e demais órgãos com atribuições sobre o território da APA;
8. Rever a legislação municipal incidente sobre a APA, compatibilizando o Zoneamento Geoambiental da APA com a nova legislação de proteção aos mananciais e o Plano Diretor;
9. Apoiar a regularização fundiária e ambiental das propriedades inseridas na APA.
10. Implantar o Polo Ecoturístico de Evangelista de Souza.

O grupo foi dividido em dois subgrupos, separando-se as duas pessoas mais envolvidas diretamente com a gestão da APA. Cada grupo trabalhou durante aproximadamente três horas, de forma a simular as seis situações possíveis, descrevê-las e hierarquizar os objetivos estratégicos em cada uma delas. A seguir cada grupo apresentou sua narrativa.

Ambos os grupos consideraram como o PIOR cenário o de **número dois** (2), pois além de todos os vetores de pressão representados pelos empreendimentos, não haveria a ampliação das terras indígenas. Neste sentido, a ampliação foi vista por ambos como positiva, não só nesta situação limite que combina três vetores de altíssima pressão, mas nas demais situações, por justamente se configurar como a possibilidade de maior conservação da área, em razão de se tratar da ampliação de áreas protegidas na região. No cenário mais desfavorável, inclusive, a ampliação se tornaria ainda mais conveniente: funcionaria como uma proteção a mais, considerando todos os impactos negativos relacionados às pressões exercidas pelos empreendimentos, tais como: aumento do valor da terra; especulação imobiliária; surgimento de condomínios de alto padrão e equipamentos de apoio logístico às atividades de transporte de carga; expulsão da população para as áreas mais frágeis, especialmente em direção aos limites do PESH; desestruturação ampla da atividade agrícola; perda da biodiversidade; destruição do caráter rural da região; etc.

Nesta situação de altíssima pressão, especialmente sobre os recursos naturais, apontou-se o problemático comprometimento das condições de abastecimento, seja pela sucessiva piora na qualidade da água, seja pelo comprometimento da capacidade de produção de água local, em função da perda de áreas naturais, especialmente as matas ciliares; o comprometimento de nascentes; o assoreamento dos corpos d'água, etc. Esta situação poderia fazer ressurgir projetos como o de represamento do Rio Capivari, para qual já foi elaborado inclusive um EIA/RIMA na década de 90, mas que naquele momento não seguiu adiante. No cenário mais caótico, esta seria uma possível alternativa ao comprometimento ainda maior da Represa Billings e Guarapiranga, de forma a buscar soluções para o abastecimento de água na região metropolitana.

A alça de acesso ao Rodoanel figuraria como uma espécie de marco de mudanças negativas, pois isto potencializaria os fatores já apontados, como especulação imobiliária, valorização da terra, dentre outros.

Com relação à priorização dos objetivos estratégicos no caso do cenário dois, considerado o pior, para ambos os grupos o objetivo quatro foi considerado primordial, uma vez que diante a todas as condições desfavoráveis, especialmente com a pressão e perda de áreas naturais por outros usos. Assim, a definição de áreas prioritárias torna-se uma das últimas possibilidades para resguardar aquilo que ainda restou, no que se refere à proteção da biodiversidade. Para alcançar adequadamente este objetivo, é fundamental que este processo envolva efetivamente o Herbário e a Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre (DEPAVE-3), orientando os trabalhos destes setores para a consecução deste objetivo. A seguir elegeu-se o objetivo 7, que prevê um aprimoramento da articulação interna do Conselho no âmbito dos órgãos públicos e posteriormente o item dois,

que prevê a integração com a gestão da APA Bororé-Colônia. Portanto, neste contexto considerado amplamente desfavorável, ambos os grupos definiram as questões relativas ao aprimoramento da gestão como prioritárias, de forma a buscar um fortalecimento da capacidade gerencial perante ao caos. A questão da regularização fundiária também se configura como importante, à medida que esta situação favoreceria não só a criação de UCs, mas a implantação mais ampla de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais e a regularização de empreendimentos, dentre outras situações favoráveis.

O cenário **número um** difere do mais caótico em função da ampliação das terras indígenas, ganhando assim uma avaliação mais positiva do que o segundo. Neste contexto das pressões somadas dos empreendimentos, as terras indígenas garantem a proteção mais efetiva de uma considerável porção do território da APA.

Apesar de uma análise mais negativa destes dois cenários, também foram apontados “pontos positivos”, relacionados à maior oferta de emprego, melhoria na infraestrutura local e da acessibilidade, dentre outros, consequências do próprio processo de dinamização da economia local em novos moldes em função dos fatores acima apontados.

Nos cenários três e quatro, nos quais não há alça do Rodoanel, a situação parece bem menos complexa do que nos cenários descritos anteriormente. Considera-se sim uma valorização da terra, a especulação imobiliária, mas uma situação mais semelhante à atualmente enfrentada.

Com relação ao **cenário três**, no qual os fatores de pressão, aparecem combinados com a ampliação, a questão do reconhecimento da implantação do Mosaico de Unidades de Conservação (Objetivo 3), torna-se ainda mais importante, uma vez que há uma ampla sobreposição de áreas protegidas. Com isto seria possível integrar a gestão das áreas, articular ações conjuntas e até mesmo otimizar recursos.

O **cenário quatro**, como já mencionado, em função da inexistência da ampliação das terras indígenas foi considerado mais desfavorável com relação ao terceiro, entretanto, este cenário apresenta uma situação pouco diversa do quadro hoje observado.

A ambos os grupos manifestaram certa dificuldade em imaginar as mudanças ensejadas pelo ferroanel, isto é, o alcance destas. Como já mencionamos acima, podem ser esperadas a implantação de estruturas de apoio logístico, a valorização da terra, dentre outras consequências.

O cenário de **número cinco**, corresponde às pressões já existentes atualmente, mas com a ampliação das terras indígenas. Foram levantados os possíveis aspectos problemáticos: conflitos envolvendo grupos indígenas e proprietários, moradores, empresários de turismo e especuladores imobiliários. Nessa situação, faz-se extremamente importante a presença efetiva da FUNAI na região, assim como uma maior participação dos Guarani no Conselho da APA. Diante deste contexto em que parte significativa da APA torna-se Terra Indígena, inclusive alguns locais nos quais existem atrativos turísticos, a implantação do Polo Ecoturístico de Evangelista torna-se prioritária. Ela é estratégica, pois permitirá uma integração entre empresários de turismo, grupos indígenas, Conselho Gestor, SVMA pesquisadores, etc.

Finalmente, no cenário seis, que corresponde à, manutenção dos vetores atuais, a hierarquia dos objetivos é semelhante, ancorada principalmente no fortalecimento do Conselho. Destacam-se, portanto, os objetivos de número 1, 7 e 6, assim como uma integração ainda maior com a APA Bororé-Colônia. A regularização fundiária também figura como prioritária, uma vez que o quadro atual não apenas caracteriza a região por sua “irregularidade” perante a legislação incidente, mas inviabiliza até mesmo o desenvolvimento

de atividades como a participação em programas de Pagamento por Serviços Ambientais, captação de recursos e financiamentos, entre outros.

O exercício dos cenários futuros, ainda que realizado de forma simplificada, possibilitou uma reflexão ampla e livre sobre as próximas décadas. Essa reflexão, por sua vez, permite um gerenciamento mais proativo da APA, preparando-se, de forma planejada, para os futuros possíveis, não só anunciados, mas discutidos e visualizados.

Diante de todos os cenários visualizados os objetivos relacionados à estruturação do Conselho Gestor e à integração com a APA Bororé-Colônia foram destacados. Para eles, portanto, devem ser direcionados os esforços e recursos de gestão no curto prazo.